

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



# Promovendo a Prosperidade Rural nas Américas

Plano de Médio Prazo 2006-2010

# PLANO DE MÉDIO PRAZO 2006-2010

*PROMOVENDO A PROSPERIDADE  
RURAL NAS AMÉRICAS*

26 de outubro de 2006

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2006

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita su respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional [www.iica.int](http://www.iica.int).

Coordenação editorial: Rafael Trejos  
Asistente editorial: Hugo Chavarría  
Copidesque: Máximo Araya Sibaja  
Diagramação: Ma. del Pilar Castillo C.  
Leiaute da capa: Ana Catalina Lizano  
Impresión: Imprenta IICA, S.C.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
Plano de Médio Prazo 2006-2010 / IICA. - São José,  
C.R. : IICA, 2006.

108 p. ; 21x16 cm. - (Série Documentos Oficiais /  
IICA, SSN 1018-709X ; no. 79)

ISBN 92-90-39-759-4

Publicado também em espanhol, francês e inglês

1. Cooperação internacional    2. Organizações  
internacionais    3. Assistência técnica I. IICA II. Título  
III. Série

AGRIS  
E14

DEWEY  
338.181

São José, Costa Rica  
2006

## ÍNDICE

<b>O QUE É O IICA?</b> .....	1
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>CAPÍTULO I. O CONTEXTO GLOBAL: Desafios e Oportunidades</b> .....	7
1.1 A condicionante conjuntura internacional .....	9
1.2 A agricultura e os territórios rurais das américas: de onde partimos? ....	11
1.3 A transição institucional .....	12
1.4 A resposta dos países - uma visão compartilhada da agricultura e da vida rural em 2015 .....	13
1.5 A proposta do IICA .....	14
a) Necessidade de rever os enfoques e as novas dimensões da agricultura e da vida rural .....	14
b) Necessidade de considerar as particularidades regionais .....	15
c) Consolidação do novo modelo de gestão para a resposta institucional	16
<b>CAPÍTULO II. UM IICA PARA CONSTRUIR O FUTURO:</b> <b>Missão, Visão e Valores</b> .....	19
2.1 Missão .....	21
2.2 Visão .....	21
Componentes da visão .....	21
a) Promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura .....	21
b) Promoção da segurança alimentar .....	23
c) Promoção da prosperidade rural .....	24
2.3 Valores Institucionais .....	24
<b>CAPÍTULO III. PRIORIDADES PARA A AÇÃO ESTRATÉGICA</b> .....	27
3.1 Consolidação do novo modelo de cooperação técnica .....	29
3.2 Contribuição para o reposicionamento da agricultura e da vida rural e para a renovação de sua institucionalidade .....	31
3.3 Cooperação técnica direta .....	35
3.3.1 Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio ....	35
3.3.2 Promoção do desenvolvimento das comunidades rurais sob o enfoque territorial .....	38
3.3.3 Promoção da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos .....	44
3.3.4 Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente .....	48

3.3.5	Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e desenvolvimento rural . . . . .	53
3.4	A cooperação técnica regional e nacional . . . . .	62
3.4.1	As agendas regionais de cooperação técnica . . . . .	62
3.4.2	As agendas nacionais de cooperação técnica . . . . .	71
3.5	Desenvolvimento dos recursos humanos . . . . .	71
3.5.1	Formação de líderes . . . . .	72
3.5.2	Capacitação . . . . .	72
	<b>CAPÍTULO IV. QUADRO OPERACIONAL . . . . .</b>	<b>73</b>
4.1	Diretrizes para a ação . . . . .	75
4.2	Dinâmica da atualização do PMP . . . . .	76
	<b>CAPÍTULO V. FINANCIAMENTO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS . . . . .</b>	<b>79</b>
5.1	Caracterização da situação financeira do IICA . . . . .	81
5.2	Estratégia financeira . . . . .	82
5.3	Necessidades de recursos financeiros . . . . .	84
5.3.1	Recursos do fundo regular . . . . .	84
5.3.2	Investimentos estratégicos para o período 2006-2011 . . . . .	85
5.3.3	Recursos externos . . . . .	85
	<b>ANEXO I</b>	
	Uma forma renovada de entender a agricultura e a vida rural: o quadro conceptual do plano agro 2003-2015 . . . . .	89
	<b>ANEXO II</b>	
	Valores institucionais . . . . .	93
	<b>ANEXO III</b>	
	Uma plataforma de cooperação hemisférica . . . . .	95
	<b>ANEXO IV</b>	
	Principais ações das parcerias IICA-CATIE e IICA-CARDI . . . . .	99
	A) Parceria IICA-CATIE . . . . .	99
	B) Parceria IICA-CARDI . . . . .	100
	<b>SIGLAS . . . . .</b>	<b>103</b>

## O QUE É O IICA?

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano, cujos fins são estimular, promover e apoiar os esforços que envidam os Estados membros para alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar de suas populações rurais.

Com mais de seis décadas de história e respondendo aos novos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo, da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e dos ministros da agricultura do Hemisfério, o Instituto procura reposicionar-se a fim de enfrentar os novos desafios da agricultura e atender à demanda por apoio por parte dos Estados membros.

Para alcançar sua visão e cumprir sua missão, o IICA possui vantagens competitivas que facilitam o desempenho do seu novo papel. Com efeito, vem acumulando profundos conhecimentos sobre a agricultura, os territórios rurais e a diversidade cultural e agroecológica das Américas, os quais são importantes na identificação de soluções criativas para uma ampla gama de problemas e desafios.

A presença do Instituto em cada um dos Estados membros lhe proporciona a flexibilidade necessária para mobilizar recursos entre países e regiões com vistas a promover e adaptar iniciativas de cooperação destinadas a tratar das prioridades nacionais e regionais, facilitar o fluxo da informação e aprimorar a difusão das melhores práticas.

O IICA tem sua Sede Central na Costa Rica e conta com Escritórios em 34 países das Américas, além de um escritório em Miami, onde funciona o Programa de Promoção do Comércio, do Agronegócio e da Inocuidade dos Alimentos, e de outro na Europa, localizado em Madri. No Escritório de Washington, D.C., está situada a Direção de Relações com Parceiros Estratégicos



## INTRODUÇÃO

O novo Plano de Médio Prazo 2006-2010 (PMP) define as diretrizes e o curso das ações estratégicas que o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) deverá empreender no período 2006-2010. Este documento tem como ponto de partida o PMP 2002-2006, no qual foram propostas importantes modificações na forma de atuar do IICA, as quais já começaram a ser implementadas e devem ser ampliadas e consolidadas no período 2006-2010.

Este documento é um reflexo dos novos mandatos globais e hemisféricos, incluindo os resultados concretos da Primeira e da Segunda Reunião dos Ministros da Agricultura no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, bem como da Cúpula Extraordinária de Monterrey (2004), ocasião em que os Chefes de Estado e de Governo incluíram o Plano AGRO 2003-2015 em sua Declaração de Nuevo León. Ademais, reúne as propostas das novas agendas de cooperação técnica do Instituto - as nacionais, as regionais e a hemisférica, levando em conta os principais desafios que deverão enfrentar a agricultura e as comunidades rurais das Américas.

O PMP 2006-2010 está estruturado em cinco capítulos e quatro anexos. O Capítulo I apresenta uma descrição geral do contexto em que se situam a agricultura e a vida rural nas Américas, fator também condicionante da ação do IICA, para posteriormente descrever o papel do Instituto e sua participação na busca do desenvolvimento sustentável da agricultura, da segurança alimentar e da prosperidade rural das Américas. Este capítulo também resenha as principais tendências do processo de globalização e liberalização comercial e suas implicações no desempenho da agricultura e da vida rural. Destaca, ainda, as condições econômicas do Hemisfério e faz um resumo dos principais desafios que os países das Américas enfrentam em vista das grandes desigualdades sociais e tecnológicas, fruto da implementação de modelos econômicos cujos resultados, do ponto de vista social, são excludentes.

Em resposta às significativas mudanças que afetam a atual conjuntura, os países foram construindo uma nova institucionalidade supranacional - como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) - e foram ajustando sua institucionalidade interna, embora se trate de um processo inacabado, em etapa de transição.

Ante tal realidade os países decidiram promover uma visão compartilhada da agricultura e da vida rural que deverá ser alcançada até 2015 e, nesse sentido, aprovaram um plano de ação, o Plano AGRO 2003-2015. O IICA, por sua vez, preparou uma reposta que parte de uma proposta para impulsionar uma nova forma de ver a agricultura e lidar com ela, considerando a heterogeneidade das agriculturas e dos seus atores e propondo um novo modelo de organização para a reposta institucional.

O Capítulo II assenta as bases sobre as quais o IICA apoiará os Estados membros na busca do desenvolvimento sustentável em prol dos povos das Américas. Para tanto, o Instituto redefine sua missão e visão, atribuindo maior ênfase à cooperação técnica como o instrumento institucional utilizado como subsídio para alcançar o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade rural. Sob esse quadro norteador, o Plano define os princípios e os valores que lhe servirão de guia para concretizar sua visão e prestar serviços de qualidade aos Estados membros.

O Capítulo III define as prioridades da ação estratégica e a forma em que o IICA administrará sua cooperação técnica. Nesse sentido, a proposta é consolidar o modelo que começou a ser utilizado no período 2002-2006. A ação do Instituto é focalizada mediante a definição de suas prioridades para a ação estratégica, com base nas quais o IICA manejará seus recursos a fim de concretizar sua visão e cumprir sua missão.

Como primeira prioridade estratégica o IICA se propõe a contribuir para o reposicionamento da agricultura e da vida rural e para a renovação de sua institucionalidade. Para tanto, planeja criar uma plataforma de cooperação hemisférica que reforce o enfoque de ação cooperativa ("trabalhando juntos") com as demais organizações internacionais a fim de desenvolver uma agenda interinstitucional que possibilite o seguinte: (a) desenvolver uma base de conhecimento compartilhado; (b) potencializar as ações conjuntas interinstitucionais de cooperação técnica; (c) promover a cooperação horizontal; e (d) facilitar a continuidade do processo ministerial "Agricultura e Vida Rural nas Américas" e sua articulação com o Processo de Cúpulas das Américas.

Para concentrar seus esforços de cooperação técnica direta o PMP 2006-2010 focaliza a ação do Instituto nas seguintes prioridades estratégicas: (a) promoção do comércio e da competitividade do agronegócio; (b) fortalecimento das comunidades rurais mediante a aplicação do enfoque territorial; (c) promoção da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos; (d) promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; e (e) estímulo à incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural. Em cada uma dessas prioridades estratégicas o Instituto executará ações de cooperação técnica destinadas a modernizar a formulação de

políticas públicas e institucionais, induzir inovações tecnológicas, fortalecer as capacidades dos atores, desenvolver sistemas de informação e difusão de conhecimento, promover investimentos e facilitar o acesso ao conhecimento acumulado e às experiências bem-sucedidas de outros países. Também cumpre destacar o esforço que o IICA envidará para desenvolver os recursos humanos que serão necessários para atender às prioridades estratégicas mencionadas.

O PMP 2006-2010 fortalece o modelo proposto na Administração anterior ao fazer com que as ações de cooperação técnica sejam executadas mediante agendas de cooperação em nível nacional, regional e hemisférico. Tais agendas, preparadas por meio de amplas consultas com atores chave e parceiros estratégicos, propiciam maior aproximação da ação do Instituto às demandas dos atores da comunidade da agricultura e da vida rural nos países das Américas.

No Capítulo IV é definido o quadro operacional que possibilitará o cumprimento da missão do Instituto, no qual é feita referência às diretrizes institucionais e externas da estratégia a ser adotada pelo IICA para aperfeiçoar sua estrutura interna e a maneira de executar as ações de cooperação técnica. A proposta é fazer do PMP um instrumento dinâmico, estando especificados nesse capítulo os mecanismos para sua atualização.

Finalmente, o Capítulo V apresenta um esboço da programação financeira para o período 2006-2010, baseada na aplicação de medidas oportunas e eficazes que assegurem o financiamento da estrutura básica e das ações de cooperação técnica do Instituto. Para tanto, nesse capítulo é proposta uma estratégia financeira capaz de compensar a constante perda, em termos reais, do valor dos recursos disponíveis.

Quatro anexos complementam o documento. O primeiro deles contém o quadro conceptual do Plano AGRO 2003-2015 que serviu de referência na elaboração deste PMP. O segundo define os valores institucionais que orientam o dia-a-dia da Instituição. O terceiro mostra a proposta do IICA para construir uma plataforma hemisférica de cooperação, e o quarto descreve as principais ações das parcerias IICA-CATIE e IICA-CARDI.



# CAPÍTULO I

## O CONTEXTO GLOBAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES



## **1.1 A condicionante conjuntura internacional**

A agricultura e a vida rural das Américas desenvolvem-se num contexto internacional caracterizado pelos processos de globalização e liberalização comercial. Esses processos são dinâmicos e continuam a se acentuar, o que enseja importantes desafios e oportunidades. Além disso, vem sendo construída em âmbito mundial uma nova arquitetura institucional supracional em que se destacam os acordos da OMC, os quais constituem as novas regras do jogo para os atores agrícolas e rurais, definem bases que limitam as políticas públicas e regulam os fluxos comerciais.

Essa interação entre os processos de globalização, a abertura comercial e as novas regras do comércio internacional geraram importantes preocupações sobre diferentes aspectos relacionados com os benefícios e os custos de tais processos, tais como os seguintes:

- apropriação desigual dos benefícios gerados pelo comércio internacional e aumento da pobreza na maioria dos países menos desenvolvidos;
- maior número de doenças e sua propagação em face da intensificação dos intercâmbios comerciais, o que veio afetar a confiança do consumidor e ressaltar os aspectos sanitários e de inocuidade dos alimentos no comércio internacional;
- um novo paradigma tecnológico com implicações na agricultura e em sua competitividade nos mercados e que se caracteriza pela natureza excludente da apropriação dos benefícios da mudança tecnológica e pela maior relevância das inovações tecnológicas e dos direitos da propriedade intelectual;
- maior importância da Internet e das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que aumentaram a quantidade de informação disponível e dinamizaram sua circulação, configurando a informação como um fator novo e de grande importância na função produtiva;
- maiores níveis de instabilidade e vulnerabilidade ambientais, atribuídos às mudanças ambientais globais em função das emissões de gases de efeito estufa e de outras atividades desenvolvidas pelo homem, o que aumenta as secas, as

inundações, as variações nas precipitações e a redução da quantidade de água disponível, constituindo uma ameaça para a agricultura e a vida rural.

Num mundo em que se prevê a recuperação da economia global, bem como o seu crescimento com maior solidez durante a próxima década, vislumbram-se as seguintes principais tendências que incidem na evolução do comércio agroalimentar:

- a agricultura dos países industrializados será afetada por maiores mudanças nas políticas nacionais de apoio ao setor e às exportações;
- persistência, apesar dos compromissos assumidos no plano multilateral, de significativos níveis de subsídio à produção e ao comércio agroalimentar nos países industrializados, o que representará um desafio para os países em desenvolvimento. Esse desafio se torna ainda maior para os países signatários de acordos de livre comércio e que competem com importações subsidiadas, razão pela qual será necessário modificar os instrumentos de suas políticas agrícolas;
- possibilidade de que a competitividade das exportações dos países latino-americanos e caribenhos seja afetada em seus principais mercados diante da anunciada suspensão dos sistemas preferenciais dos Estados Unidos e da Europa relativamente a esses países;
- surgimento de novos atores econômicos no cenário mundial com impacto não apenas no âmbito econômico, mas, também, no político e cultural. Destacam-se os casos da China e da Índia, economias que deslocam o investimento e a produção regionais, mas que ao mesmo tempo se constituem em interessantes mercados em potencial para as exportações de produtos agrícolas e alimentícios das Américas;
- aumentos nos preços dos combustíveis fósseis, especialmente do petróleo, com o conseqüente incremento dos custos de produção;
- intensificação da frequência e da força de eventos extremos em função das mudanças ambientais globais com implicações na produção, no comércio e nas condições de vida das zonas rurais. Algumas dessas mudanças incidem nas condições agroecológicas que determinam as vantagens comparativas de suas produções agrícolas;

- maior demanda por produtos orgânicos, étnicos e de conveniência, o que abrirá novos nichos de mercado de produtos latino-americanos exportados para países com altos níveis de renda.

## **1.2 A agricultura e os territórios rurais das Américas: de onde partimos?**

A América Latina e o Caribe (ALC) continuam apresentando grandes desequilíbrios. O maior aspecto crítico que enfrenta a região ainda é a crescente disparidade na distribuição da renda, com especial destaque para os problemas da pobreza e da desigualdade, principalmente nas áreas rurais. A desigualdade tem aumentado, entre outros fatores, pela tendência de queda do investimento público nas áreas rurais, num círculo vicioso que leva à concentração dos recursos nos centros urbanos. Essa situação deverá permanecer no futuro, salvo se forem adotadas as medidas corretivas que se fazem necessárias.

O crescimento das economias da ALC tem sido limitado, e as expectativas para 2006-2010 são, em média, de um incremento da ordem de aproximadamente 4% anuais. Esse fato, somado às limitações dos programas governamentais de apoio aos setores mais vulneráveis, poderá levar a maioria dos países da ALC a ficar mais distante da possibilidade de atingir as Metas do Milênio. Por sua vez, a liberalização e a abertura comercial, por si sós, não garantem, necessariamente, a segurança alimentar.

Em face dos poucos investimentos em ciência e tecnologia agropecuária na maioria dos países da ALC, os níveis de produtividade e receita para muitos dos produtos da agricultura estão defasados em relação aos países competidores em escala mundial. Nas áreas rurais, a escassa disponibilidade de emprego, os baixos salários, a renda insuficiente gerada pelas atividades agrícolas e o debilitado acesso a infra-estrutura e serviços, tais como os de saúde, educação, estradas e outros, determinam a persistência da pobreza e da desigualdade. Essa realidade obriga milhares de latino-americanos e caribenhos a emigrar de seus países de origem em busca de melhores condições de vida. Um corolário dessa situação reflete-se no explosivo aumento das remessas de emigrantes, que converteram a ALC na região do mundo que recebe o maior volume de remessas do exterior (US\$ 55 bilhões em 2005, segundo o BID).

Em resposta aos desafios da abertura e da globalização, os países das Américas apostaram na integração hemisférica; no entanto, tendo em vista que o estabelecimento da

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não tem avançado na velocidade desejada, vêm sendo impulsionados acordos de integração regional, alguns deles atualmente em fase crítica, e têm sido promovidos acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio entre países do Hemisfério. Ademais, como estratégia de integração ao mundo e garantia de acesso aos mercados, vêm sendo incentivados acordos de livre comércio com países de fora da região, como é o caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul) com a União Européia e de algumas iniciativas empreendidas com países do sudeste asiático.

No entanto, os países da ALC deparam a necessidade de continuar suas reformas econômicas e institucionais na agricultura, já que as mudanças realizadas desde a década de 1980, seguindo as recomendações dos organismos financeiros internacionais e os paradigmas do "Consenso de Washington", não vêm tendo, nem na agricultura nem no meio rural, os efeitos positivos esperados e, em muitos casos, sequer foram concluídas.

A constatação de que o setor rural da ALC continua empobrecido, com cerca de 75 milhões de pobres rurais (62% do total dos pobres), dos quais quase 46 milhões são considerados em situação de indigência, de que essa pobreza tem um componente territorial significativo, já que está concentrada em determinadas zonas geográficas e é muito associada à agricultura tradicional, confirma a necessidade de dar continuidade às reformas e renovar as políticas públicas.

Também é preciso reconhecer que o potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas nos territórios rurais depende da gestão que se faça dos recursos naturais. A degradação das terras e a desertificação que vêm ocorrendo em nosso Hemisfério, onde se encontra a maior reserva de terra cultivável do mundo, são motivo de preocupação e decisivamente devem ser incluídas nas novas políticas públicas, sobretudo diante do cenário recente de maior vulnerabilidade e maior incidência de desastres naturais nas áreas rurais.

### **1.3 A transição institucional**

A última década foi palco de um processo de transição institucional da agricultura ainda muito incipiente. Nesse período, diferentes tendências, enfoques, ideologias e propostas incidiram em diversos processos, agentes e métodos relativamente à formulação de políticas públicas. Essas transformações também tiveram implicações, sob diferentes formas, nos ministérios da agricultura e do desenvolvimento rural, bem como no papel que cabe ao setor privado e suas instituições no processo de desenvolvimento e na gestão privada das funções públicas.

Embora alguns países tenham conseguido estabelecer pautas sólidas em seu subsetor agroexportador, a maioria deles ainda se debate na busca de uma fórmula idônea (de instituições e políticas) para ter sucesso na transição de um esquema de desenvolvimento protegido para outro aberto e capaz de promover a distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento.

De outro lado, a transição institucional também se deve a pressões externas decorrentes do processo de abertura comercial e integração regional, a mercados mais competitivos e menos regulados e à incorporação cada vez maior de princípios éticos dos mercados vinculados a fatores sociais e ambientais. Com efeito, a transição começa a mostrar novos mecanismos institucionais, funções, estruturas e mandatos para os ministérios da agricultura e do desenvolvimento rural.

Nesse contexto, é fundamental que as agendas nacionais incluam explicitamente a formulação de estratégias para a transição institucional, além das diretrizes para a negociação comercial.

Finalmente, há plena consciência do papel vital que continuam a desempenhar a agricultura e o meio rural no desenvolvimento da maioria dos países, especialmente o potencial das sinergias intersetoriais não aproveitadas, em parte, por deficiências nos mecanismos de articulação intersetorial e nas políticas que tratam dos fenômenos multissetoriais (entre comércio, produção agrícola, desenvolvimento rural e meio ambiente).

#### **1.4 A resposta dos países: uma visão compartilhada da agricultura e da vida rural em 2015**

Na Terceira Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo das Américas (Québec, 2001), pela primeira vez foi reconhecida, no mais alto nível político, a importância crucial da agricultura como meio de vida de milhões de famílias rurais no Hemisfério e seu papel estratégico para a geração de prosperidade e o desenvolvimento sustentável dos sistemas socioeconômicos da região.

Esse reconhecimento desencadeou um processo que se traduziu em ações concretas ante o pronunciamento dos ministros da agricultura em novembro de 2001 (Declaração de Bávaro) e continuou com a assinatura do Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas pelos ministros da agricultura do Hemisfério durante sua

Segunda Reunião Ministerial (Panamá, novembro de 2003). O Plano AGRO estabelece a Visão Compartilhada da Agricultura e da Vida Rural em 2015 e define as ações para o melhoramento da agricultura e da vida rural, bem como os compromissos para sua implementação, entre os quais se destaca a importância das seis agendas bienais, que contêm um conjunto de ações estratégicas a serem impulsionadas pelos governos.

Um aspecto relevante desse processo é o fato de o IICA e as instituições parceiras que apóiam o Processo de Cúpulas das Américas haverem se comprometido a coordenar suas estratégias para a implementação e o seguimento da agenda compartilhada do Plano AGRO 2003-2015.

## **1.5 A proposta do IICA**

A agricultura das Américas estará cada vez mais exposta à globalização e à abertura; à vulnerabilidade e às mudanças globais do meio ambiente; à mudança tecnológica; aos gostos, preferências, temores e exigências dos consumidores; às pressões pelos equilíbrios sociais, ambientais e políticos, e à necessidade de resgatar a governabilidade.

A resposta do IICA para enfrentar esses desafios exige o seguinte: (a) impulsionar uma nova forma de considerar a agricultura e lidar com ela, (b) levar em conta a heterogeneidade das agriculturas e dos seus atores e (c) estabelecer um novo modelo de organização para a resposta institucional.

### ***a) Necessidade de rever os enfoques e as novas dimensões da agricultura e da vida rural***

A nova realidade do setor agrícola e do meio rural levou à necessidade de forjar uma nova visão da agricultura, que se distancia da concepção tradicional da agricultura primária (culturas e pecuária) e tem por base a concepção sistêmica da agricultura e da vida rural proposta no Plano AGRO 2003-2015 e que compreende os territórios rurais, as cadeias agroprodutivas e a conjuntura nacional e internacional. Essa nova concepção vê a agricultura como um conjunto de sistemas agroalimentares com crescentes inter-relações com outros setores da economia, da sociedade e dos recursos naturais. O Anexo I discorre sobre o quadro conceptual do Plano AGRO 2003-2015.

O IICA realizou estudos pioneiros para quantificar a real contribuição da agricultura às economias nacionais e reposicioná-la no diálogo político. Outras organizações internacionais seguiram o mesmo caminho e fizeram contribuições que ampliam e fortalecem os argumentos sustentados pelo Instituto.

De outro lado, o IICA aplica o enfoque territorial a fim de contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais. Segundo esse enfoque, propõe uma visão integradora, com destaque para o reconhecimento da importância da economia rural não-agrícola, dos vínculos entre a economia rural não-agrícola e a agricultura e do potencial das economias de aglomeração como instrumentos para articular a pequena, a média e a microempresa rural. Da mesma forma, o enfoque territorial potencializa os vínculos entre os setores rural e urbano.

Dadas as suas complementaridades, as cadeias agroprodutivo-comerciais e os territórios rurais são os espaços mais apropriados para articular políticas destinadas à prosperidade no campo. Além disso, no contexto das interações entre a agricultura, os territórios rurais e sua base de recursos naturais, várias atividades emergem com grande potencial com vistas a dinamizar a agricultura e a economia rural, gerar receita e os empregos necessários a fim de obter sucesso nos esforços envidados para reduzir a pobreza. Entre essas atividades estão o agroturismo, o turismo rural, a agroenergia e a vinculação entre agricultura, produção de medicamentos, alimentos funcionais e serviços ambientais.

Poder concretizar essas interações será uma nova e diferente forma de colher lucros para os agricultores e a população rural das Américas, uma maneira de reativar a agricultura tradicional e criar uma nova agricultura no século XXI.

No entanto, para tornar possível a contribuição da agricultura ao desenvolvimento dos países, promover o desenvolvimento das comunidades rurais e aproveitar as complementaridades entre as cadeias e os territórios, também é preciso considerar o que ocorre em âmbito internacional e nacional, que condiciona o desempenho da agricultura e o desenvolvimento dos territórios rurais.

#### ***b) Necessidade de considerar as particularidades regionais***

A heterogeneidade das Américas, em vista da existência de um mosaico de raças, culturas, idiomas e realidades econômicas, sociais, ambientais e políticas, é um importante elemento a considerar. A agricultura e os territórios rurais não apenas não escapam a essa

diversidade e heterogeneidade, mas estão na própria natureza das diferenças e as fortalecem. Portanto, as estratégias e políticas destinadas à consecução dos objetivos estratégicos do PMP 2006-2010 são consideradas como intimamente vinculadas às realidades diferenciadas que caracterizam os países, tanto dentro das mesmas regiões ou esquemas de integração como em seus próprios territórios.

Dado o exposto, no PMP 2006-2010, além dos problemas comuns da agricultura e da vida rural dos Estados membros e que dão origem à sua Agenda Hemisférica, foram consideradas as prioridades regionais que respondem aos aspectos relevantes que caracterizam a situação da agricultura e dos territórios rurais nas diferentes regiões das Américas e se concretizam na inclusão das agendas regionais.

***c) Consolidação do novo modelo de gestão para a resposta institucional***

Em 2002 o IICA promoveu uma mudança em seu modelo de gestão, mediante a qual foram introduzidas reformas para convertê-lo numa instituição moderna de desenvolvimento a serviço dos Estados membros. Essas reformas compreenderam a adoção de um novo estilo de cooperação técnica que enfatiza a eficiência operacional, a gestão financeira cautelosa, o melhor uso dos recursos humanos, a ampliação das relações com parceiros estratégicos internacionais e uma nova forma de relacionamento com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas.

Os resultados obtidos nos últimos quatro anos, reconhecidos como promissores pela comunidade da agricultura e da vida rural nas Américas, definem a direção da ação do Instituto no próximo quadriênio com vistas a consolidar e intensificar as reformas necessárias a fim de que o IICA se converta na instituição de excelência para o desenvolvimento agrícola das Américas.

O Instituto deverá assumir maior responsabilidade social diante dos graves problemas que acometem a maioria dos povos e áreas rurais das Américas e adotar uma agenda para o desenvolvimento que lhe possibilite desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico na promoção da prosperidade das comunidades rurais.

Os mandatos oriundos do Processo de Cúpulas das Américas, as resoluções ministeriais e a nova concepção ampliada da agricultura reforçam a necessidade de intensificar as relações de trabalho com os parceiros estratégicos e com os Estados membros a fim de desenvolver ações nos planos global, regional e nacional que visem a:

(a) apoiar o processo de integração hemisférica e regional; (b) apoiar a execução do Plano AGRO 2003-2015; (c) promover uma agenda interinstitucional em respaldo ao desenvolvimento rural sustentável; (d) monitorar a situação e as perspectivas da agricultura e da vida rural no Hemisfério; e (e) promover o desenvolvimento de mecanismos que estimulem a transferência de conhecimentos entre os Estados membros por meio da cooperação horizontal.



## CAPÍTULO II

UM IICA PARA CONSTRUIR  
O FUTURO : MISSÃO,  
VISÃO E VALORES



Para fazer face aos desafios e aproveitar as oportunidades impostas pelo contexto global em que se desenvolvem a agricultura e a vida rural, o IICA redefine sua visão e missão e estabelece os valores institucionais que nortearão suas ações.

## **2.1 Missão**

O IICA é organismo do Sistema Interamericano especializado em agricultura e meio rural, cujo propósito é prestar cooperação técnica inovadora aos Estados membros para que alcancem o desenvolvimento sustentável em prol dos povos das Américas.

## **2.2 Visão**

Ser a instituição líder da agricultura nas Américas e o parceiro preferencial pela qualidade de sua cooperação técnica em resposta às necessidades dos Estados membros e por suas contribuições para o desenvolvimento sustentável da agricultura, para a segurança alimentar e para a prosperidade rural

## **Componentes da visão**

### ***a) Promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura***

Alcançar o desenvolvimento sustentável da agricultura é um objetivo comum dos Estados membros do IICA e um componente essencial de sua agenda de desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessária uma visão de uma agricultura que, entre outros aspectos, seja produtiva, eficiente, competitiva, sensível ao meio ambiente e capaz de preservar o tecido social das comunidades rurais para as futuras gerações.

No entanto, o desafio de alcançar o desenvolvimento sustentável da agricultura é enorme e multidimensional e varia segundo os diferentes tipos de agricultura existentes nos países do Hemisfério. Em alguns deles, há componentes da agricultura altamente produtivos, mas que degradam e danificam as fontes dos recursos naturais e ambientais.

Ao mesmo tempo, esses componentes co-existem com grandes áreas da agricultura de subsistência e com outras modalidades onde é baixo o nível de tecnologia.

Uma séria limitação presente na maioria dos países são as restrições institucionais e de políticas que eles deparam para apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura. A falta de políticas adequadas e de uma estratégia coerente, somada a níveis de investimento insuficientes em vários campos da agricultura e a capacidades institucionais limitadas, são um sério obstáculo aos avanços na consecução do desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. A situação da pobreza rural e as pressões cada vez maiores para que a agricultura seja mais competitiva na economia global tornam a situação ainda mais complexa.

#### ***b) Promoção da segurança alimentar***

Não se entende a segurança alimentar como sendo necessariamente uma condição de auto-suficiência nacional, mas a existência de condições que possibilitam aos seres humanos o acesso físico e econômico a uma dieta segura e nutritiva que lhes permita satisfazer suas necessidades alimentícias e viver de forma produtiva e saudável. Para superar a insegurança alimentar é preciso, nesse contexto, melhorar o acesso aos alimentos, aumentar sua oferta e aperfeiçoar sua distribuição e inocuidade.

A segurança alimentar é uma questão complexa que exige a colaboração dinâmica de uma ampla gama de atores, inclusive governos, organizações nacionais e internacionais e sociedade civil. As limitações no acesso aos alimentos requerem um conjunto coerente de políticas que abarquem diversos setores da economia e destinem-se a eliminar os obstáculos estruturais que enfrentam diversos segmentos, especialmente os pobres rurais. As políticas públicas voltadas para a solução dos problemas de curto prazo não devem perder de vista os objetivos de mais longo prazo de alcançar a segurança alimentar.

O papel dos pequenos produtores e das mulheres rurais na produção, distribuição e utilização dos alimentos, tanto para consumo como para geração de renda, é essencial na promoção da segurança alimentar. Além disso, os assuntos relacionados com a disponibilidade e a distribuição de alimentos demandam a formulação de políticas públicas e várias formas de intervenção que, entre outros aspectos, facilitem a adoção de tecnologias de produção modernas e aperfeiçoem a eficiência dos mercados nacionais a fim de reduzir os impactos negativos da liberalização do comércio agrícola.

**c) *Promoção da prosperidade rural***

O crescimento econômico e o aprimoramento dos mercados devem trazer benefícios para todos os segmentos sociais, de modo que a prosperidade econômica, o progresso humano e o desenvolvimento sustentável sejam alcançados harmônica e equanimemente. No entanto, hoje é evidente, e nitidamente reconhecido, que o crescimento econômico e o melhor funcionamento dos mercados não são suficientes e que as intervenções corretivas para reduzir a pobreza são fundamentais. Para obter prosperidade com equidade é preciso haver esforços renovados por parte dos governos e da sociedade civil, se é desejo que grandes segmentos da economia rural se beneficiem da globalização e do processo de desenvolvimento. Os formuladores de políticas têm grande responsabilidade nessa tarefa.

Os problemas de exclusão e marginalização afetam muitas pessoas, mas, principalmente, os povos indígenas e as mulheres e os jovens rurais, em face de suas peculiares condições econômicas e sociais. A agricultura de subsistência prevalece como uma estratégia de sobrevivência, quase sempre caracterizada pelo acesso extremamente limitado aos ativos produtivos e aos serviços de apoio.

Na comunidade da agricultura, o poder desigual e limitado que têm os pequenos e médios produtores para negociar e defender seus interesses não lhes permite acesso equitativo aos benefícios dos níveis mais altos de produção e comércio. Pelo contrário, as mudanças no plano das políticas geralmente geram mais vulnerabilidade para esses segmentos e fazem com que sua sobrevivência seja mais precária, acentuada por desastres naturais e mudanças repentinas e adversas nas condições climáticas.

O aumento da prosperidade rural requererá uma agenda sustentada de ações e intervenções nas seguintes áreas: (a) formulação de políticas e estratégias apropriadas, destinadas aos segmentos mais vulneráveis da economia rural; (b) educação e capacitação, visando a aprimorar os conhecimentos, as destrezas e habilidades capazes de permitir que os grupos marginalizados se envolvam e participem eficazmente nos mercados agrícolas e rurais; (c) fortalecimento das organizações da sociedade civil e promoção de maior interação entre os atores das cadeias alimentares a fim de gerar agendas comuns, aperfeiçoar suas capacidades de negociação e suas aptidões para defender seus interesses; (d) modernização e expansão dos serviços agrícolas para melhorar a produtividade; (e) desenvolvimento das capacidades institucionais das organizações agrícolas e rurais para aumentar sua eficiência e eficácia e participar em parcerias público-privadas; e (f) incentivo aos investimentos na economia rural.

### 2.3 Valores institucionais

Para concretizar sua visão e prestar serviços de qualidade aos Estados membros o IICA continuará a nortear suas ações no Hemisfério de acordo com princípios fundamentais e valores que terão expressões reais em suas políticas internas e em suas relações com os Estados membros e parceiros estratégicos, quais sejam:

- i. **Responsabilidade social e ambiental.** Promover maior responsabilidade social e ambiental, bem como o desenvolvimento de uma agenda que reconheça que o IICA não pode desconsiderar os problemas do desemprego, dos marginalizados, da pobreza e do baixo acesso à educação e aos serviços de saúde, entre outros.
- ii. **Respeito à diversidade.** Respeitar a diversidade cultural e a tolerância à múltipla etnicidade.
- iii. **Parcerias para obter maior impacto.** Promover o conceito de sociedade e do "trabalhando juntos" nas relações de cooperação com parceiros estratégicos nos âmbitos nacional, regional e hemisférico, articulando e desenvolvendo redes de relacionamento.
- iv. **Liderança pela excelência.** Promover o conceito de liderança eficaz e de excelência técnica em cada uma das prioridades estratégicas a fim de contar com o reconhecimento dos clientes e parceiros quanto à qualidade e oportunidade da contribuição do IICA.
- v. **Observância das normas e regulamentos.** Estimular uma conduta ética entre os funcionários baseada nos mais altos valores<sup>1</sup>: imparcialidade, integridade, profissionalismo, flexibilidade, discrição, lealdade, cautela, responsabilidade e respeito às normas e regulamentos do Instituto.
- vi. **Eficiência, transparência e cautela financeira.** Incentivar a eficiência operacional, a transparência, a prestação de contas e a administração financeira cautelosa nos níveis nacional, regional e hemisférico.
- vii. **Enfoques interdisciplinares.** Promover o Instituto como uma equipe interdisciplinar focalizada na solução de alguns dos problemas mais críticos da agricultura e do desenvolvimento rural das Américas.

---

1 O Anexo II descreve cada valor incluído no Código de Ética do IICA.

- viii. **Trabalho em equipe.** Facilitar o trabalho em equipe, descentralizar as operações e promover uma instituição baseada em resultados e que articule as demandas locais com as oportunidades hemisféricas.
- ix. **Excelência no desempenho.** Promover a excelência no desempenho e continuar a implementar um sistema de recompensa que reconheça a excelência no desempenho, a criatividade e a inovação.
- x. **Educação e conhecimento como bases da cooperação técnica.** Adotar processos e procedimentos participativos que respeitem a realidade local e assegurem a apropriação de informações e conhecimentos por parte dos parceiros institucionais



## CAPÍTULO III

### PRIORIDADES PARA A AÇÃO ESTRATÉGICA



### **3.1 Consolidação do novo modelo de cooperação técnica**

O IICA propõe que o PMP seja implementado com base na consolidação do novo modelo de cooperação técnica, o qual se sustenta em quatro componentes que se inter-relacionam e complementam. O primeiro deles destina-se a facilitar o consenso e o seguimento de estratégias e inclui o Plano AGRO 2003-2015 e as estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento.

O segundo componente da estratégia diz respeito ao compromisso de impulsionar a permanente monitoração da agricultura e da vida rural a fim de gerar uma base comum de conhecimentos sobre essas áreas que permita a atualização das agendas hemisféricas bienais do Plano AGRO e ajude a definir as estratégias nacionais e regionais. Também será um valioso insumo para a tomada de decisões de todos os atores da comunidade da agricultura e da vida rural.

O terceiro componente abarca as ações destinadas a promover maior coordenação entre organismos internacionais com vistas a potencializar suas respostas às demandas dos países e articular suas ações. Nessa linha estão as agendas interinstitucionais, fundamentadas na proposta "trabalhando juntos" do IICA.

O quarto componente compreende os serviços de cooperação técnica direta prestados pelo IICA em consonância com as agendas nacionais e regionais. Essas agendas são os instrumentos específicos com que conta o Instituto para atender aos mandatos e aos desafios de sua alçada a fim de implementar as diretrizes globais e a estratégia hemisférica definidas no PMP, em função das características peculiares dos Estados membros e das diferentes regiões em que se inserem. Seu propósito é harmonizar as ações do Instituto com as demandas e prioridades regionais e nacionais, segundo as possibilidades institucionais. Para tanto, são especificadas as ações prioritárias de cooperação técnica direta e a forma como esta é conduzida.

Os componentes acima descritos, que servem de sustentáculo ao estabelecimento das prioridades para a ação estratégica institucional do IICA, estão ilustrados na Figura 1.

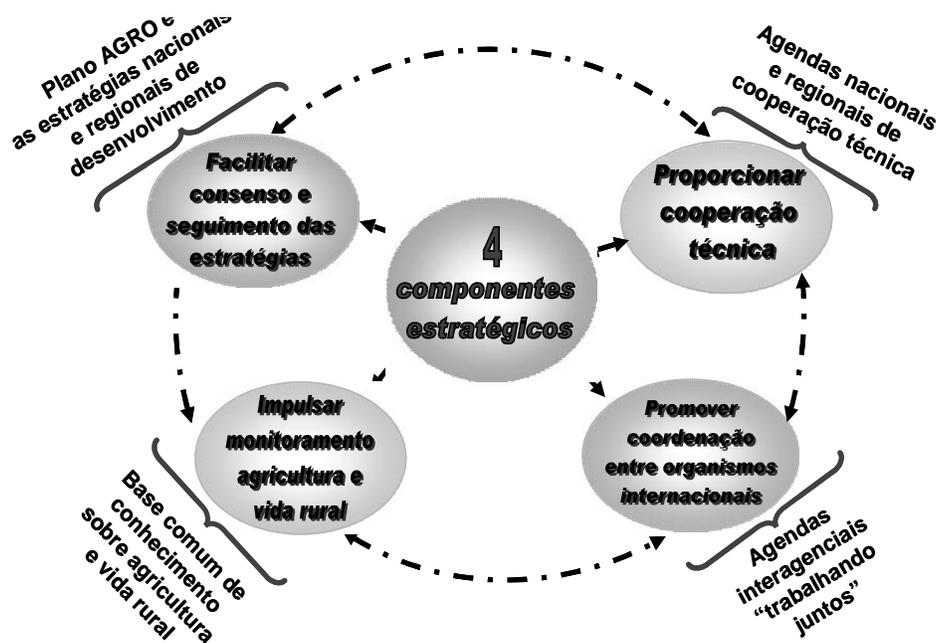


Figura 1: Quatro componentes da estratégia do IICA.

Considerando os desafios e as oportunidades que enseja a conjuntura global e buscando cumprir sua missão e concretizar sua visão, o IICA define as prioridades estratégicas de cooperação técnica (core business) em torno das quais administrará seus recursos. Em cada uma dessas prioridades serão estabelecidas ações institucionais que determinarão o campo de ação do Instituto.

O IICA continuará a prestar serviços de cooperação técnica aos Estados membros e, para tanto, centrará seus esforços nas prioridades estratégicas sob as quais norteará suas atividades de cooperação técnica com vistas a contribuir para modernizar o processo de formulação e execução de políticas públicas e as instituições, promover inovações tecnológicas, fortalecer as capacidades dos atores, desenvolver sistemas de informação e difusão de conhecimentos, incentivar investimentos e facilitar o acesso ao conhecimento acumulado e às experiências bem-sucedidas de outros países.

A nova ênfase estratégica considerada no PMP 2006-2010 para alcançar os objetivos definidos na visão está ilustrada na Figura 2.

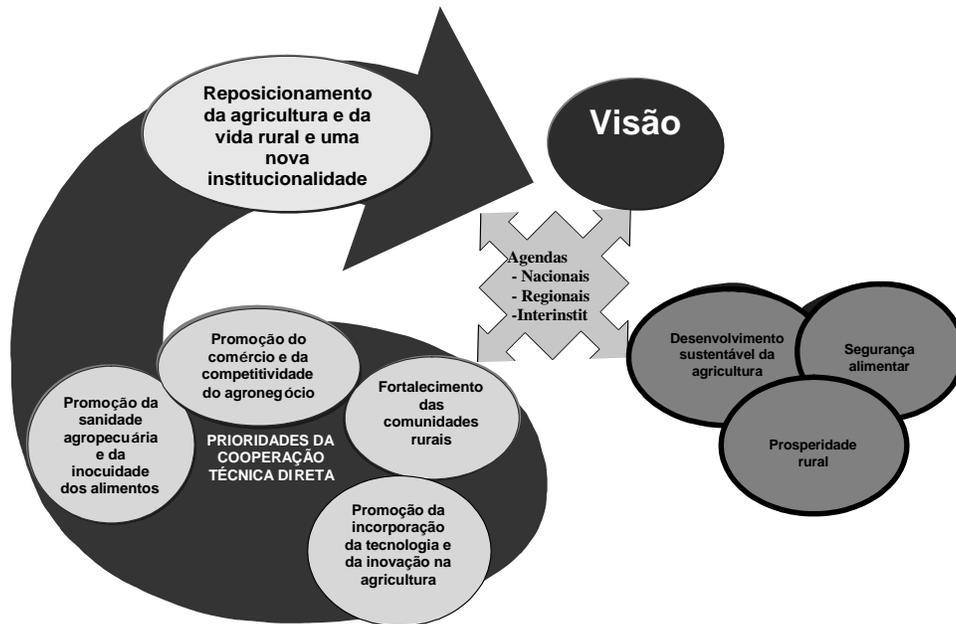


Figura 2. PMP 2006-2010: Prioridades da ação estratégica.

### 3.2 Contribuição para o reposicionamento da agricultura e da vida rural e para a renovação de sua institucionalidade

O IICA desenvolverá uma série de ações técnicas de alto teor político e de projeção hemisférica, focalizadas nos temas derivados dos mandatos específicos do Processo de Cúpulas das Américas, das Reuniões Ministeriais, da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e dos pedidos de outros foros hemisféricos relacionados com a agricultura e a vida rural. Também empreenderá ações destinadas a gerar, difundir e compartilhar informação útil para a tomada de decisões de seus órgãos superiores, das autoridades nacionais e de outros atores da comunidade da agricultura e vida rural, bem como para reposicionar a agricultura e a vida rural nas agendas de desenvolvimento dos países das Américas.

Para viabilizar essa prioridade estratégica o IICA desenvolverá dois tipos de ação. O primeiro visa a contribuir para reposicionar a agricultura e a vida rural nas agendas de desenvolvimento dos países, e o segundo terá por fim apoiar a formação de uma nova institucionalidade que favoreça a consecução dos objetivos constantes na visão: desenvolvimento sustentável da agricultura, prosperidade rural e segurança alimentar.

### ***Objetivo geral***

Contribuir para reposicionar a agricultura e a vida rural e para renovar sua institucionalidade.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:** A cooperação técnica estará focalizada no seguinte

- 1) Geração e difusão de informação para a tomada de decisões por parte dos atores públicos e privados da agricultura e da vida rural;
- 2) Promoção da formação de uma nova institucionalidade.

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I:** Geração e difusão de informação para a tomada de decisões por parte dos atores públicos e privados da agricultura e da vida rural.

### ***Objetivo específico***

Apoiar os atores públicos e privados da comunidade da agricultura e da vida rural das Américas para reposicionar a agricultura e a vida rural nas agendas de desenvolvimento dos países.

### ***Linhas de ação***

- Apoiar os países do Hemisfério na monitoração da situação e das perspectivas de sua agricultura e vida rural.
- Continuar a realização de estudos que demonstrem a real contribuição da agricultura e da vida rural para o desenvolvimento.
- Promover foros de reflexão e diálogo hemisféricos sobre temas críticos relacionados com a agricultura e a vida rural nas Américas.

### ***Resultado esperado***

- Os Estados membros contarão com maior informação para sustentar o reposicionamento da agricultura e da vida rural nas agendas de desenvolvimento dos países. Também terão sido promovidos e apoiados o desenvolvimento, a aplicação e a análise de indicadores para quantificar o desempenho em relação com objetivos e metas chave em temas prioritários para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da vida rural, tanto em nível de país como nos âmbitos regional e hemisférico.

### ***Indicadores de cumprimento***

- Terão sido preparados relatórios bienais sobre a situação e as perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas no contexto da cooperação interinstitucional.
- Terão sido realizados estudos demonstrando a real contribuição da agricultura e da vida rural para o desenvolvimento na maioria dos países das Américas.
- Estarão institucionalizados espaços de reflexão e diálogo para a consideração de temas críticos relacionados com a agricultura e a vida rural nas Américas.

### ***ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2: Promoção da formação de uma nova institucionalidad***

#### ***Objetivo específico***

Cooperar com os Estados membros nos processos de modernização da institucionalidade relacionada com a agricultura e o desenvolvimento rural, em apoio à nova concepção constante do Plano AGRO 2003-2015.

#### ***Linhas de ação***

Favorecer a criação de **uma plataforma de cooperação hemisférica**<sup>2</sup>, mediante as seguintes ações

---

<sup>2</sup> No Anexo III consta a proposta destinada a forjar uma plataforma de cooperação hemisférica como instrumento de apoio à formação de uma nova institucionalidade para a agricultura e o desenvolvimento rural.

- Desenvolvimento de uma base comum de informação compartilhada sobre agricultura e vida rural que maximize as capacidades existentes na região, tanto nos países como nas organizações parceiras (por exemplo, CEPAL, FAO e IFPRI);
- Promoção, juntamente com outras organizações participantes, da formulação de uma agenda interinstitucional para o desenvolvimento que potencialize o enfoque "trabalhando juntos";
- Promoção da cooperação horizontal entre países mediante a criação de espaços para que eles não apenas compartilhem efetivamente suas experiências, mas também capacitem seus congêneres na implementação das práticas de maior sucesso;
- Apoio à continuidade do processo ministerial "Agricultura e Vida Rural nas Américas" e sua articulação com o Processo de Cúpulas das Américas;
- Apoio às reformas dos ministérios da agricultura e à formulação de políticas de Estado para a agricultura e o desenvolvimento rural;
- Apoio ao desenvolvimento e implementação dos planos nacionais e regionais, bem como de programas de incentivo ao desenvolvimento sustentável da agricultura;
- Apoio aos processos de integração hemisférica.

#### ***Resultado esperado***

- Os Estados membros contarão com uma plataforma de cooperação hemisférica que lhes permitirá compartilhar uma base de informação sobre agricultura e vida rural, criar uma rede de cooperação técnica para tratar dos temas críticos hemisféricos, promover a cooperação entre países e apoiar os líderes do agro no cumprimento dos acordos ministeriais.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- O IICA, com a colaboração de seus parceiros estratégicos, terá desenvolvido uma estratégia de informação compartilhada sobre agricultura e vida rural.
- Estará em funcionamento uma rede de cooperação técnica com participação das organizações internacionais parceiras para apoiar os países no desenvolvimento das capacidades necessárias a fim de fazer face às questões críticas da agricultura e da

vida rural, promovendo, além disso, o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre os Estados membros.

- O IICA terá continuado a desempenhar o papel de Secretaria das Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, apoiando os ministros da agricultura, seus delegados ministeriais e outros líderes do agro no cumprimento dos acordos ministeriais e dos mandatos presidenciais.
- O IICA terá colaborado com as instâncias pertinentes da agricultura nos processos de integração hemisférica.

### **3.3 Cooperação técnica direta**

A cooperação técnica direta será instrumentada mediante a focalização de ações em torno de cinco prioridades estratégicas cujos objetivos, principais linhas de ação, resultados esperados e indicadores de cumprimento são descritos a seguir.

#### **3.3.1 Promoção do Comércio e da Competitividade do Agronegócio**

##### ***Objetivo Geral***

Apoiar os esforços que envidam os países para aproveitar os benefícios da abertura comercial e do estabelecimento das áreas de livre comércio mediante o desenvolvimento de agronegócios competitivos e a promoção do comércio.

##### ***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO***

A cooperação técnica estará focalizada no seguinte:

- 1) Integração comercial e acordos comerciais
- 2) Desenvolvimento de agronegócios competitivos

##### ***ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I:* Integração comercial e acordos comerciais**

##### ***Objetivo específico***

Colaborar com os Estados membros do IICA para que estabeleçam áreas de livre comércio e acordos comerciais bilaterais, plurilaterais e multilaterais.

***Linhas de ação***

- Desenvolvimento de capacidades para participar com sucesso nos processos de negociação, na efetiva implementação dos acordos comerciais e na monitoração e análise dos impactos das negociações comerciais agrícolas na competitividade.
- Desenvolvimento de metodologias e informação para a mensuração e avaliação do impacto potencial ou real das políticas que sejam formuladas e dos acordos comerciais na competitividade do setor agroalimentar.
- Monitoração dos avanços nas negociações comerciais agrícolas.

***Resultados esperados***

- Os Estados membros contarão com equipes de técnicos capacitados para participar eficientemente nos processos de negociação comercial e implementar e dar seguimento aos acordos comerciais assinados pelos países.
- Haverá instrumentos validados para avaliar os impactos nos setores agrícola e rural das políticas formuladas pelos Estados membros e dos acordos comerciais.
- Os Estados membros contarão com metodologias e instrumentos que lhes permitirão realizar avaliações e o acompanhamento do progresso das diferentes negociações comerciais em que estiverem envolvidos.

***Indicadores de cumprimento***

- Haverá vários países em que as unidades de política comercial dos ministérios da agricultura estarão representadas nas delegações dos países que participem nas diferentes negociações comerciais.
- Os ministérios da agricultura contarão com instrumentos para a monitoração e análise dos impactos dos tratados comerciais em suas economias.
- Haverá instrumentos postos à disposição dos países para avaliar o impacto das políticas adotadas e dos acordos comerciais.
- Haverá vários países do Hemisfério onde tenha sido instalado um sistema de seguimento dos acordos comerciais.
- Pelo menos um instrumento de seguimento e avaliação estará desenvolvido e posto à disposição dos países para o avanço das diferentes negociações comerciais.

- Estarão funcionando ininterruptamente o sistema de informação Infoagro/Comercio como instrumento de seguimento dos avanços das negociações comerciais.

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2:** Desenvolvimento de agronegócios competitivos

**Objetivo específico**

Aperfeiçoar o desempenho e a competitividade do agronegócio, estimulando o desenvolvimento de capacidades, a incorporação de inovações tecnológicas, os princípios empresariais, o uso de sistemas de informação e o desenvolvimento de cadeias com outros setores da economia.

**Linhas de ação**

- Fortalecimento da capacidade empresarial.
- Identificação de oportunidades de mercado e fornecimento de informação para a tomada de decisões comerciais.
- Fortalecimento da institucionalidade pública e privada para o desenvolvimento do agronegócio.
- Fortalecimento da capacidade técnica do IICA para cooperar no desenvolvimento de agronegócios competitivos.

**Resultados esperados**

- Os agroempresários dos Estados membros do IICA contarão com instrumentos que lhes permitam aprimorar suas capacidades para participar nos mercados globais.
- Os agroempresários dos Estados membros do IICA disporão de mecanismos para identificar oportunidades de mercado e informação relevante para a tomada de decisões comerciais.
- A institucionalidade pública e privada estará fortalecida para desenvolver e promover o agronegócio.
- O IICA contará com uma equipe de profissionais atuando no desenvolvimento do agronegócio sob uma visão integrada e multidisciplinar.

***Indicadores de cumprimento***

- Estará difundido e apoiado o programa "Plataformas para a Exportação" como instrumento destinado a fortalecer a capacidade empresarial.
- Terão sido aplicados instrumentos a fim de avaliar o grau de preparação das empresas para exportação.
- Terão sido abordados temas relacionados com o comércio exterior (sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos-SAIA, biotecnologia, propriedade intelectual e outros).
- Estarão delineados e validados programas para assegurar a inocuidade dos alimentos pelos pequenos e médios agroempresários.
- Terá sido proporcionada cooperação técnica para ajudar os pequenos e médios produtores a participarem em feiras, missões e outros eventos comerciais.
- Estarão funcionando ininterruptamente o sistema de informação Infoagro/ Agronegocios e outras plataformas, como, por exemplo, o PRODAR.
- Haverá várias instituições de mercado, financiamento e integração de produtores fortalecidas com o apoio do IICA.
- O IICA terá fortalecido as secretarias técnicas da Organização de Informação de Mercado das Américas (OIMA) e da Associação Pan-Americana de Bolsas de Produtos.
- Haverá vários países que receberam apoio para o fortalecimento de sua institucionalidade a fim de propiciar o desenvolvimento do agronegócio.
- Haverá várias cadeias fortalecidas por meio do desenvolvimento de políticas, normas, estratégias, etc.

***3.3.2 Promoção do Desenvolvimento das Comunidades Rurais sob o Enfoque Territorial******Objetivo Geral***

Apoiar os países na formulação de estratégias de desenvolvimento focalizadas nos territórios rurais e que promovam a prosperidade de suas comunidades mediante a geração de emprego e renda e a redução das brechas rural-urbanas.

### **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO**

A cooperação técnica estará focalizada no seguinte:

- 1) Gestão dos territórios rurais
- 2) Consolidação da agricultura familiar
- 3) Promoção de oportunidades de acesso ao desenvolvimento por parte das mulheres e dos jovens rurais
- 4) Gestão do conhecimento para o desenvolvimento rural

### **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO I: Gestão dos territórios rurais**

#### **Objetivo específico**

Formular políticas, mecanismos institucionais e projetos sob o enfoque territorial do desenvolvimento rural para aprimorar a gestão do desenvolvimento rural.

#### **Linhas de ação**

- Estabelecer programas de treinamento técnico e difusão de inovações para aumentar a capacidade de gestão de atores públicos e privados.
- Criar e difundir quadros metodológicos e operacionais para servir de base à formulação e avaliação de políticas e projetos de desenvolvimento rural.
- Apoiar o desenvolvimento de mecanismos institucionais inovadores que potencializem a colaboração, a responsabilidade compartilhada e as sinergias urbano-rurais, nacional-locais e público-privadas.
- Incentivar processos de planejamento e ordenamento territorial no meio rural.
- Promover o enfoque da gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente.

#### **Resultado esperado**

- Estarão estabelecidos e implementados mecanismos institucionais eficientes para a gestão dos territórios rurais em âmbito nacional, regional e local com projetos de desenvolvimento ad hoc e recursos humanos devidamente capacitados.

***Indicadores de cumprimento***

- Vários países terão adotado o enfoque territorial como base para suas políticas e quadros institucionais de desenvolvimento rural.
- Em vários países estarão estabelecidos "territórios de referência" que contaram com a orientação do IICA nos processos de gestão territorial.
- Estará implantada uma rede de conhecimentos sobre territórios rurais.
- Haverá material didático ad hoc para servir de base aos processos mencionados.
- Terão sido desenvolvidas atividades de formação de capacidades em gestão do desenvolvimento rural.
- Haverá um número significativo de projetos de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial formulados e em execução.
- Estarão formulados e implementados projetos que incluam a gestão integrada dos recursos naturais em territórios rurais.

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 2: Consolidação da agricultura familiar******Objetivo específico***

Colaborar no estabelecimento de políticas, mecanismos institucionais e projetos que promovam a diversificação produtiva e a competitividade da agricultura familiar.

***Linhas de ação***

- Desenvolver mecanismos institucionais para promover a articulação dos pequenos e micronegócios rurais com conglomerados e cadeias agroprodutivas.
- Estimular negócios rurais com base na diferenciação de produtos, nas vinculações agricultura-recursos naturais, no potencial turístico dos territórios rurais e na provisão de serviços da agricultura.
- Propiciar programas de formação de capacidades empresariais e gestão da agroindústria rural.
- Promover mecanismos de inovação tecnológica para a agricultura familiar que potencializem a vinculação entre agricultura, comércio e meio ambiente.

- Formular políticas públicas e projetos que compatibilizem os padrões de produção dos pequenos negócios rurais com os requisitos do mercado, aproveitando a articulação entre produção, meio ambiente e comércio.
- Fornecer diretrizes para a implantação de mecanismos institucionais que promovam serviços financeiros adequados.

***Resultado esperado***

- Estará fortalecida a capacidade da agricultura familiar, o que lhe permitirá articular-se com cadeias agroprodutivo-comerciais nacionais e internacionais e participar dos benefícios da abertura comercial e dos mecanismos alternativos da comercialização.

***Indicadores de cumprimento***

- Haverá vários países onde terão sido implantados, com o apoio do IICA, mecanismos institucionais capazes de responder às necessidades de inovação tecnológica e crédito, entre outras, específicas para a agricultura familiar.
- Estarão formuladas e implementadas atividades de articulação entre agentes públicos e privados.
- Estarão preparados documentos para orientação e análise do papel fundamental da agricultura familiar e da agroindústria.
- Estarão formulados e em execução programas de formação para reciclar a capacidade de gestão da agricultura familiar.

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 3:*** Promoção de oportunidades de acesso ao desenvolvimento por parte das mulheres e dos jovens rurais

***Objetivo específico***

Propiciar a inserção eqüitativa das mulheres e dos jovens empresários rurais em processos de desenvolvimento dos territórios rurais.

***Linhas de ação***

- Apoiar a formação ou consolidação de redes de mulheres e jovens gestores de microempresas rurais.

- Preparar e sistematizar materiais sobre experiências bem-sucedidas de vinculação de microempresas de mulheres e jovens rurais com novos mercados.
- Apoiar o desenvolvimento de mecanismos institucionais inovadores que propiciem às mulheres e aos jovens rurais conhecimentos empresariais.
- Estabelecer diretrizes para a formulação de políticas e mecanismos institucionais ad hoc que incentivem a competitividade das empresas rurais administradas por mulheres e jovens.
- Apoiar a formulação de projetos de fortalecimento da capacidade de gestão de microempresas de mulheres e jovens rurais.

#### ***Resultado esperado***

- Estarão estabelecidos em vários países mecanismos de acesso às oportunidades de desenvolvimento por parte das mulheres e dos jovens rurais.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- Em vários países terão sido implantadas ou fortalecidas redes de mulheres e jovens microempresários rurais.
- Haverá documentos sobre experiências bem-sucedidas de gestão de microempresas rurais.
- Estarão formulados e em execução programas de formação de capacidades de mulheres e jovens microempresários rurais.
- Um número significativo de países terá formulado políticas e estabelecido mecanismos para incentivar a competitividade das empresas rurais administradas por mulheres e jovens.

#### ***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 4:*** Gestão do conhecimento para o desenvolvimento rural

##### ***Objetivo específico***

Desenvolver e difundir conhecimentos e instrumentos sobre definição, implementação, seguimento e avaliação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial.

### ***Linhas de ação***

- Apoiar ações institucionais para o posicionamento técnico do Instituto em temas críticos do desenvolvimento sustentável da agricultura e das comunidades rurais (preparação de material didático e de difusão e realização de estudos especiais).
- Desenvolver instrumentos que sirvam de base metodológica e operacional à gestão do desenvolvimento dos territórios rurais.
- Formular e divulgar análises comparativas de boas práticas em políticas, estratégias e projetos.
- Sistematizar e divulgar análises comparativas de boas práticas de gestão local do desenvolvimento rural.
- Consolidar o componente de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial do Sistema de Gestão do Conhecimento do IICA.
- Preparar programas para o desenvolvimento de capacidades técnicas do Instituto e seus clientes em temas relevantes para a gestão do desenvolvimento rural.

### ***Resultado esperado***

- Estarão desenvolvidos conhecimentos e instrumentos para a gestão de políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, os quais terão sido divulgados aos profissionais do IICA, aos tomadores de decisões, aos funcionários das instituições públicas e privadas e a outros interessados no desenvolvimento da agricultura e do meio rural

### ***Indicadores de cumprimento***

- Em vários países estarão estabelecidos "territórios piloto" e sendo implementadas políticas de desenvolvimento rural com o apoio metodológico e operacional do IICA.
- Haverá "observatórios de desenvolvimento rural" em um número significativo de países.
- Estarão estabelecidas redes informais do conhecimento entre países.
- Haverá instrumentos e diretrizes para a realização de análises comparativas de políticas de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial.

- Terão sido estabelecidos projetos cooperativos entre países para formular políticas, métodos e instrumentos analíticos e operacionais que garantam a consecução do desenvolvimento rural sob o enfoque territorial.
- O Sistema de Gestão do Conhecimento do IICA estará contando com um componente de desenvolvimento rural.

### ***3.3.3 Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade dos Alimentos***

#### ***Objetivo geral***

Promover e apoiar o desenvolvimento de capacidades e a modernização da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos (SAIA) a fim de aprimorar a situação sanitária e fitossanitária dos Estados membros e apoiar a competitividade e o comércio agroalimentar.

#### ***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO***

A cooperação técnica estará focalizada no seguinte:

- 1) Modernização dos serviços oficiais de SAIA;
- 2) Desenvolvimento de capacidades para promover a implementação e a administração das medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF);
- 3) Assuntos emergentes e emergenciais;
- 4) Inocuidade dos alimentos

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO I:*** Modernização dos serviços oficiais de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos

#### ***Objetivo específico***

Apoiar a geração e promoção de ações, instrumentos, estratégias e políticas destinadas à modernização institucional e à formação de capacidades no plano sanitário e fitossanitário.

#### ***Linhas de ação***

- Gerar metodologias e instrumentos destinados ao desenvolvimento de agendas compartilhadas entre os diferentes atores da SAIA e difundir sua aplicabilidade.

- Promover a elaboração de programas e projetos para o fortalecimento institucional e o desenvolvimento de capacidades em SAIA.
- Impulsionar o trabalho conjunto interinstitucional a fim de otimizar os esforços e os recursos disponíveis na comunidade internacional de cooperação

**Resultados esperados**

- Terá sido possível aprimorar a articulação público-privada mediante o estabelecimento de uma agenda compartilhada destinada ao fortalecimento dos serviços oficiais de SAIA em âmbito global (a totalidade dos serviços de SAIA) e setorial (saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos) e na cadeia agroprodutiva.
- Terá sido possível proporcionar uma visão ampliada da área da SAIA aos diferentes atores dos serviços oficiais nessa área.
- Terá sido promovida uma visão comum em nível nacional sobre o estabelecimento de agendas de permanente modernização dos serviços de SAIA.

**Indicadores de cumprimento**

- Estarão implantados processos de concertação público-privada mediante o desenvolvimento de políticas e estratégias de fortalecimento dos serviços oficiais.
- Haverá ferramentas metodológicas e diretrizes sobre políticas para o fortalecimento dos serviços oficiais.
- Estarão estabelecidas parcerias estratégicas e em execução ações com organismos regionais ou internacionais.
- Estarão implementados programas, projetos e ações específicos para o fortalecimento dos aspectos institucionais, setoriais ou das cadeias agroalimentares.
- Terá sido fornecida informação atualizada e estimulada a gestão do conhecimento em temas relacionados à SAIA.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 2:** Desenvolvimento de capacidades para promover a implementação e a administração das medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF).

**Objetivo específico**

Apoiar o desenvolvimento de capacidades para promover a efetiva implementação e administração dos acordos e compromissos emanados das organizações internacionais

vinculadas com a área da SAIA a fim de promover o equilíbrio entre comércio e defesa agropecuária.

#### ***Linhas de ação***

- Promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas como elemento chave para a adoção de novos procedimentos que facilitem a efetiva aplicação dos acordos internacionais relacionados com a área da SAIA.
- Impulsionar a participação ativa dos Estados membros nos foros internacionais de regularização.
- Apoiar a formulação de políticas que permitam adaptar as instituições públicas e privadas aos marcos regulatórios internacionais.
- Promover parcerias estratégicas interinstitucionais e intersetoriais que possibilitem desenvolver nos Estados membros, com base em princípios científicos, capacidades destinadas ao uso correto das MSF.
- Promover a elaboração de ações ou projetos destinados a aprimorar o desenvolvimento de capacidades institucionais com relação às MSF.

#### ***Resultados esperados***

- Os países terão aperfeiçoado suas instituições relacionadas com as MSF, possibilitando que intensifiquem e melhorem a internacionalização dos serviços de SAIA.
- Estará fortalecida a articulação interinstitucional e intersetorial, permitindo o aproveitamento das oportunidades que enseja o sistema multilateral do comércio.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- Terão sido desenvolvidas parcerias estratégicas com organismos internacionais e regionais destinadas ao fortalecimento da gestão das MSF nos Estados membros.
- Estarão implementados projetos e iniciativas para fortalecimento da gestão das MSF.
- Terá sido atualizada a informação e estimulada a gestão do conhecimento em temas relacionados com a área da SAIA.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 3:** Assuntos emergentes e emergenciais

**Objetivo específico**

Impulsionar o desenvolvimento de capacidades para que os Estados membros possam prevenir ou administrar adequadamente situações emergentes ou emergenciais em matéria sanitária ou fitossanitária.

**Linhas de ação**

- Apoiar e implementar programas, planos e projetos destinados ao desenvolvimento de capacidades para prevenção, controle e erradicação das principais pragas e doenças que ameacem a situação sanitária e fitossanitária dos Estados membros e que atentem contra o comércio e os produtos agroalimentares.

**Resultados esperados**

- Os países terão aprimorado sua capacidade institucional, técnica e humana para enfrentar situações emergentes e administrar emergências em matéria de SAIA.

**Indicadores de cumprimento**

- Terão sido realizados projetos, programas e ações para fortalecer as capacidades em prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de importância biológica e econômica.
- Terá sido proporcionada informação atualizada e estimulada a gestão do conhecimento em temas relacionados com a área da SAIA.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 4:** Inocuidade dos alimentos

**Objetivo específico**

Impulsionar processos de transformação individual e mudança institucional mediante o fortalecimento e a promoção da liderança e o desenvolvimento de capacidades.

**Linhas de ação**

- Desenvolver programas e projetos destinados à promoção de liderança como elemento chave para a mudança, considerando os diversos campos de ação presentes na área da inocuidade dos alimentos.

- Apoiar programas específicos de aspectos relacionados com o melhoramento da inocuidade dos alimentos.

#### ***Resultados esperados***

- Terão sido aprimoradas as capacidades individuais e institucionais em matéria de inocuidade dos alimentos sob o ponto de vista técnico, humano e institucional.
- Terão sido aprimoradas as capacidades dos países para participar dos foros internacionais e melhor aproveitá-los após haverem sido readequados os marcos regulatórios nacionais.
- Estarão fortalecidas as capacidades técnicas e de liderança dos recursos humanos dos países para conduzir processos de transformação institucional na área da inocuidade dos alimentos.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- Haverá planos, programas e projetos para o desenvolvimento de capacidades em matéria de inocuidade dos alimentos.
- Estarão aprimoradas as capacidades individuais e institucionais no tema da inocuidade dos alimentos.
- Terá sido proporcionada informação atualizada e estimulada a gestão do conhecimento em temas relacionados com a área da SAIA.

### ***3.3.4 Promoção da Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente***

#### ***Objetivo geral***

Apoiar os esforços que envidam os Estados membros nos processos de transformação institucional a fim de alcançar a gestão ambiental e dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural.

#### ***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO***

A cooperação técnica estará focalizada no seguinte:

- 1) Articulação entre agricultura, comércio e meio ambiente;
- 2) Gestão integrada dos recursos naturais para o desenvolvimento agrícola e rural;
- 3) Impacto das mudanças ambientais globais nos sistemas agroalimentares;
- 4) Promoção de boas práticas de gestão ambiental na produção agrícola e rural.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO I:** Articulação entre agricultura, comércio e meio ambiente

**Objetivo específico**

Propiciar a consolidação dos mecanismos institucionais, das políticas e dos projetos que aproveitem as oportunidades de desenvolvimento geradas pelas interações entre agricultura, comércio e meio ambiente.

**Linhas de ação**

- Gerar quadros de referência para incorporar a gestão do meio ambiente e dos recursos naturais como componentes integrais das políticas de desenvolvimento agrícola e rural.
- Impulsionar mecanismos institucionais que articulem o trabalho dos ministérios do comércio, da agricultura e do meio ambiente.
- Apoiar as políticas agroambientais e seus respectivos mecanismos institucionais para potencializar a vinculação entre o comércio e a gestão sustentável dos sistemas produtivos agrícolas e rurais.

**Resultado esperado**

- As instituições do setor estarão melhor capacitadas para internalizar e potencializar em suas políticas e projetos as oportunidades de desenvolvimento geradas pelas interações entre as áreas agrícola, ambiental e comercial.

**Indicadores de cumprimento**

- A gestão do meio ambiente e dos recursos naturais estará incorporada às políticas de desenvolvimento agrícola e rural de vários países.
- Haverá espaços de diálogo e iniciativas de colaboração entre os ministérios do comércio, da agricultura e do meio ambiente.
- Haverá vários projetos e atividades em que estarão reconhecidos os aspectos ambientais na distribuição e comercialização de produtos agrícolas.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 2:** Gestão integrada dos recursos naturais para o desenvolvimento rural

***Objetivo específico***

Fortalecer processos de formação de capacidades em gestão integrada de recursos naturais para o desenvolvimento rural.

***Linhas de ação***

- Desenvolver e difundir conhecimentos que promovam mudanças de atitude e atuação favoráveis à incorporação da gestão integrada dos recursos naturais em projetos e atividades de desenvolvimento rural.
- Apoiar a articulação de agendas de trabalho de comércio, agricultura e recursos naturais em áreas selecionadas.
- Desenvolver e divulgar métodos de trabalho e fortalecer capacidades para a gestão integrada dos recursos naturais em bacias hidrográficas compartilhadas por dois ou mais países.
- Promover redes de conhecimento especializado em gestão integrada dos recursos naturais.
- Apoiar e orientar a elaboração de projetos que incorporem tanto a gestão integrada dos recursos naturais como o enfoque territorial do desenvolvimento.
- Incentivar a melhor compreensão sobre a gestão da água e dos conflitos entre setores usuários.

***Resultado esperado***

- O IICA e os Estados membros disporão de melhores capacidades para incorporar a gestão integrada dos recursos nas iniciativas de desenvolvimento agrícola e rural.

***Indicadores de cumprimento***

- Haverá vários países que tenham incorporado a gestão integrada dos recursos naturais em projetos de desenvolvimento agrícola e rural.
- Haverá vários "territórios de referência" contando com agendas de trabalho que articulem temas comerciais, agrícolas e ambientais.

- O Sistema de Gestão do Conhecimento do IICA disporá do componente de gestão integrada dos recursos naturais.
- Vários países terão recebido apoio para a formulação de projetos que articulem a gestão integrada dos recursos naturais com iniciativas de gestão territorial.
- Estarão formulados e implementados programas de formação de capacidades em gestão integrada dos recursos naturais para o desenvolvimento rural.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 3:** Impacto das mudanças ambientais globais nos sistemas agroalimentares

***Objetivo específico***

Promover políticas nacionais para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural que incluam considerações sobre as implicações dos processos de mudança ambiental global nos sistemas agroalimentares.

***Linhas de ação***

- Identificar e promover atividades destinadas a adaptar os sistemas agroalimentares e a vida rural para reduzir o impacto das mudanças ambientais globais.
- Promover o diálogo entre as comunidades científica, técnica e política com relação aos processos de mudança ambiental global e suas implicações para os sistemas agroalimentares.
- Estimular a análise de temas vinculados à agricultura e ao meio rural no contexto das convenções sobre meio ambiente e propiciar sua aplicação como promotores do desenvolvimento agrícola e rural, como, por exemplo, as relações entre meio ambiente, agricultura e vida rural e entre água, desertificação e mudanças ambientais globais.
- Orientar a elaboração de projetos inovadores que prevejam cenários de mudança e/ou adaptação nos padrões de produção e nas relações sociais, além de prestar apoio à realização de rápidos diagnósticos em casos de desastres naturais.

***Resultado esperado***

- As instituições responsáveis pela formulação de políticas de desenvolvimento agrícola e rural terão internalizado a importância da mudança ambiental global e seus impactos.

***Indicadores de cumprimento***

- Terão sido realizados vários eventos sobre mudança ambiental global e suas implicações para a agricultura e o bem-estar rural.
- Terão sido realizados seminários e foros para promover o diálogo sobre como tornar relevante o conhecimento científico a respeito da mudança ambiental global na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola e rural.
- Terão sido elaborados e divulgados documentos contendo análises sobre como potencializar as relações entre meio ambiente, agricultura e vida rural e entre água, desertificação e mudanças ambientais globais no contexto das convenções sobre meio ambiente.
- Estará estabelecida uma rede informal de peritos externos para fomentar o diálogo e a formulação de propostas para os países.
- Terá iniciado a elaboração de projetos que incorporem a nova dimensão "adaptativa" exigida pelas mudanças ambientais globais

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 4:*** Promoção das boas práticas de gestão ambiental na produção agrícola e rural

***Objetivo específico***

Promover e difundir boas práticas de gestão ambiental em processos produtivos rurais agrícolas e não-agrícolas

***Linhas de ação***

- Estimular processos de adaptação de inovações tecnológicas adequadas às características ambientais e dos sistemas produtivos.
- Impulsionar o desenvolvimento de mecanismos e incentivos para promover a adoção de tecnologias limpas na produção agrícola e rural.
- Sistematizar e divulgar experiências de negócios rurais que valorizem a produção limpa, a agrobiodiversidade, o ecoturismo, os serviços ambientais e outros bens intangíveis.
- Sistematizar e divulgar boas práticas de gestão ambiental na produção rural.

***Resultado esperado***

- Os produtores rurais disporão da informação que lhes permitirá aprimorar a gestão ambiental de seus processos produtivos.

***Indicadores de cumprimento***

- Terão sido adotadas inovações tecnológicas para os sistemas produtivos em consonância com a possível transição climática.
- Terá sido impulsionado o desenvolvimento de mecanismos e incentivos para estimular a adoção de tecnologias limpas na produção agrícola e rural.
- Estarão sendo aproveitados na prática negócios rurais baseados na produção limpa, na agrobiodiversidade, no ecoturismo, nos serviços ambientais e em outros bens intangíveis.
- Estará estabelecido um banco de experiências sistematizadas como componente do Sistema de Gestão do Conhecimento do Instituto.

***3.3.5 Promoção da Incorporação da Tecnologia e da Inovação para a Modernização da Agricultura e o Desenvolvimento Rural***

***Objetivo geral***

Apoiar os esforços dos Estados membros por modernizar a agricultura e potencializar sua contribuição com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental mediante a promoção de políticas e processos de inovação tecnológica e institucional que estimulem e propiciem a incorporação de novos conhecimentos e tecnologias nas cadeias agroprodutivas.

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO***

A cooperação técnica estará focalizada no seguinte:

- 1) visão prospectiva da tecnologia e da inovação aplicáveis à agricultura;
- 2) apoio à modernização institucional e à formulação de políticas tecnológicas para o desenvolvimento e incorporação das inovações tecnológicas;

- 3) fortalecimento do sistema hemisférico de cooperação entre países em matéria de inovação tecnológica agropecuária e seus vínculos com o sistema internacional de pesquisa;
- 4) promoção da gestão da informação em apoio aos processos de inovação tecnológica;
- 5) biotecnologia e biossegurança;
- 6) promoção da cooperação horizontal em agroenergia e biocombustíveis.

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO I:** Visão prospectiva da tecnologia e da inovação aplicáveis à agricultura

***Objetivo específico***

Promover o desenvolvimento de uma visão global e regional da situação da tecnologia e da inovação a fim de apoiar os países no desenvolvimento de novos produtos e mercados, aumentar a produtividade, aperfeiçoar o desenvolvimento competitivo da agricultura e reduzir a pobreza rural.

***Linhas de ação***

- Configurar um observatório sobre os principais avanços científicos e as novas tecnologias aplicáveis à agricultura das Américas.
- Realizar análises periódicas do desempenho da agricultura sob a perspectiva da inovação tecnológica.
- Estabelecer um sistema de indicadores de desempenho e impacto da ciência e da tecnologia agropecuária com parceiros estratégicos.
- Avaliar o impacto da ciência e da tecnologia na redução da pobreza rural na região

***Resultado esperado***

- Os países contarão com informação estratégica sobre os avanços e o desempenho da tecnologia e da inovação para apoiar a formulação de políticas e a tomada de decisões com vistas ao fortalecimento da mudança tecnológica agropecuária.

***Indicadores de cumprimento***

- Estará disponível um observatório sobre avanços científicos e novas tecnologias aproveitáveis para os processos de inovação e pesquisa na agricultura das Américas.
- Haverá um relatório atualizado sobre o desempenho da agricultura sob a perspectiva da inovação tecnológica.
- Estará delineado um sistema de indicadores de desempenho e impacto da ciência e da tecnologia agropecuária.
- Estará avaliado o impacto da ciência e da tecnologia agropecuária na pobreza rural.

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 2:*** Apoio à modernização institucional e à formulação de políticas tecnológicas para o desenvolvimento e incorporação das inovações tecnológicas.

***Objetivo específico***

Apoiar a formulação de políticas e a reforma institucional em matéria de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, tanto sob a perspectiva dos sistemas nacionais de inovação como de suas organizações.

***Linhas de ação***

- Desenvolver um programa hemisférico de apoio aos países no fortalecimento de inovações institucionais em matéria de pesquisa e inovação tecnológica com base no intercâmbio de experiências entre países e regiões.
- Apoiar a formulação de políticas de inovação tecnológica com ênfase nas que estimulem a diversificação da pequena agricultura e sua inserção nos mercados.
- Desenvolver critérios para a formulação de políticas e a gestão da propriedade intelectual com vistas à inovação e capacitação em agricultura

***Resultados esperados***

- Terá sido prestado apoio aos Estados membros mediante a disponibilização de manuais e diretrizes para seus processos de inovação institucional e para a formulação de políticas tecnológicas em resposta a suas demandas.

- Haverá um programa hemisférico de inovação institucional por meio da cooperação recíproca entre regiões e países nesse campo.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- Estará sendo executado, com financiamento externo, um programa hemisférico sobre inovação tecnológica institucional por meio da cooperação recíproca.
- Estarão disponíveis para os países elementos destinados à formulação de políticas de inovação tecnológica com ênfase na pequena agricultura.
- Estarão disponíveis e incorporados a processos de capacitação manuais sobre formulação de políticas e gestão da propriedade intelectual para as inovações na agricultura

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 3:*** Fortalecimento do sistema hemisférico de cooperação entre países em matéria de inovação tecnológica agropecuária e seus vínculos com o sistema internacional de pesquisa

#### ***Objetivo específico***

Fortalecer a cooperação recíproca em inovação tecnológica entre os países do Hemisfério e os vínculos com o sistema global de pesquisa a fim de contribuir para a produção, a produtividade e a competitividade agropecuárias.

#### ***Linhas de ação***

- Consolidar o FORAGRO como um mecanismo de diálogo hemisférico entre atores públicos e privados destinado à análise e identificação de soluções para problemas da agricultura e do agronegócio regional sob a perspectiva da pesquisa e da inovação tecnológica e como facilitador da conectividade da região com o sistema internacional de pesquisa (CGIAR e GFAR).
- Prestar apoio técnico à consolidação do FONTAGRO como mecanismo de financiamento de projetos regionais de pesquisa e inovação tecnológica, principalmente incentivando novas adesões, divulgando os resultados desses projetos e avaliando seu impacto econômico, ambiental e institucional.
- Impulsionar a reforma dos programas sub-regionais de cooperação recíproca entre países (PROCI) e mecanismos equivalentes com ênfase nos países de menor desenvolvimento relativo, apoiando suas ações na identificação de

soluções para problemas prioritários comuns dos países, incorporando novos atores e propiciando novas formas de gestão do conhecimento.

***Resultado esperado***

- Estará consolidado e implementado o sistema hemisférico de inovação tecnológica no qual estarão participando mecanismos regionais e sub-regionais, envolvidos, entre outros aspectos, na análise e no diálogo sobre a agricultura com base na perspectiva tecnológica, no financiamento e na execução de projetos regionais de pesquisa e inovação tecnológica, inclusive a capacitação em campos prioritários.

***Indicadores de cumprimento***

- O FORAGRO estará consolidado mediante a realização de reuniões internacionais bienais, o diálogo permanente conduzido por diferentes meios e as parcerias e vínculos estabelecidos entre mecanismos e centros regionais de pesquisa (CATIE e CARDI) e com o sistema global de pesquisa (CGIAR e GFAR).
- A ALC estará representada por meio do FORAGRO em eventos de tomada de decisões do sistema internacional de pesquisa (CGIAR e GFAR).
- Estarão sendo divulgados os resultados e os impactos dos projetos regionais de pesquisa e inovação tecnológica financiados pelo FONTAGRO e executados por consórcios regionais.
- Terão sido desenvolvidas pelos PROCIs agendas de cooperação entre países em pesquisa e inovação, as quais estarão sendo implementadas nas regiões das Américas, inclusive nos trópicos amazônicos.

***ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 4:*** Promoção da gestão da informação em apoio aos processos de inovação tecnológica

***Objetivo específico***

Desenvolver opções para os processos de compartilhamento, circulação e utilização da informação tecnológica como parte da gestão do conhecimento tecnológico agropecuário com ações de conscientização e capacitação nesse campo.

***Linhas de ação***

- Caracterizar a situação da gestão da informação tecnológica agropecuária em instâncias de pesquisa e inovação tecnológica dos países com vistas a apoiar a formulação de políticas e a tomada de decisões sobre o tema.
- Apoiar a organização de sistemas nacionais e regionais de informação tecnológica mediante a capacitação e o desenvolvimento de quadros conceptuais e opções metodológicas para captar, mobilizar e difundir conhecimentos.
- Facilitar a circulação de informação tecnológica na região e a conectividade da região com o sistema global de pesquisa por meio da promoção do sistema hemisférico de informação científica e tecnológica agropecuária (INFOTEC) como referencial estratégico para a inovação tecnológica.

***Resultados esperados***

- O tema da gestão da informação tecnológica terá sido incluído na formulação de políticas e na reforma institucional em matéria de pesquisa e inovação.
- Os países da região contarão com um sistema de informação científica e tecnológica em operação e vinculado com o sistema global de pesquisa.

***Indicadores de cumprimento***

- Terão sido elaborados e divulgados os diagnósticos dos sistemas de informação tecnológica agropecuária dos países.
- Estarão selecionados e publicados casos que tenham conseguido um impacto positivo mediante a gestão da informação e/ou o uso de tecnologias de informação e comunicação para a inovação.
- Terão sido organizados eventos de capacitação sobre estratégias de gestão da informação para a inovação tecnológica e opções metodológicas destinadas a captar, sistematizar e difundir conhecimentos.
- O INFOTEC estará implementado e em constante evolução em apoio à pesquisa, à extensão e à inovação tecnológica nas Américas e conectado ao sistema global de pesquisa (Programa RAIS do GFAR).

### **ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 5:** Biotecnologia e Biossegurança

#### **Objetivo específico**

Apoiar os Estados membros em seus esforços destinados a desenvolver e incorporar as agrobiotecnologias que contribuam para o melhoramento da competitividade do setor agropecuário e facilitar-lhes o intercâmbio da informação relacionada com o cumprimento dos acordos internacionais

#### **Linhas de ação**

- Apoiar o desenvolvimento de um sistema de informação objetiva e científica sobre biotecnologia e biossegurança que facilite a formulação de políticas e a tomada de decisões nos países.
- Apoiar os Estados membros na identificação das necessidades nacionais e regionais para o desenvolvimento e uso apropriado das agrobiotecnologias, a formulação e a implementação de políticas e marcos regulatórios, bem como o desenvolvimento de capacidades técnico-científicas no contexto das estratégias regionais.
- Promover uma comunicação transparente sobre os riscos e os benefícios das agrobiotecnologias e sugerir às autoridades pertinentes que incluam o tema da conscientização pública como componente importante das políticas e programas nacionais de agrobiotecnologia.
- Promover estudos, debates e análises sobre as implicações das normas e regulamentos nacionais e internacionais, bem como das negociações e dos acordos internacionais, em temas relacionados com a agrobiotecnologia e a biossegurança com ênfase em seu impacto no comércio.

#### **Resultados esperados**

- Estará em andamento um sistema de informação objetiva e científica sobre biotecnologia e biossegurança permanentemente atualizado e estarão sendo realizadas análises sobre o conhecimento nesses temas e distribuídos boletins informativos anuais.
- Estarão identificadas as necessidades regionais em biotecnologia e biossegurança e terão sido desenvolvidos e estarão financiados projetos estratégicos e implementadas iniciativas regionais.

- Estarão implantadas redes regionais destinadas a orientar, coordenar e dar seguimento a estratégias regionais em matéria de biotecnologia.
- Estarão identificados e implantados marcos regulatórios e políticas em biotecnologia e biossegurança que levem em conta tanto os modelos existentes como os acordos e negociações internacionais, e estará estabelecido um sistema de reuniões de seguimento destinadas a avaliar o grau de cumprimento de tais acordos (o PCB, por exemplo).
- Estarão documentados estudos sobre os riscos e benefícios da agrobiotecnologia e estarão desenvolvidas e implementadas estratégias de comunicação para conscientizar a população a esse respeito.
- Estarão aprimoradas as capacidades humanas e institucionais identificadas durante a avaliação das necessidades regionais em biotecnologia e biossegurança, bem como a transferência de tecnologia em direitos de propriedade intelectual.
- Estará desenvolvida uma estratégia de gestão do conhecimento em biotecnologia e biossegurança, em cujo contexto terão sido incluídos estudos, foros estratégicos e reuniões técnicas sobre inocuidade e qualidade do produto em relação com o comércio e aspectos globais.

#### ***Indicadores de cumprimento***

- Estarão determinadas e analisadas as necessidades regionais em agrobiotecnologia e biossegurança e, com base nelas, estarão definidas as estratégias regionais para o desenvolvimento e uso da agrobiotecnologia, inclusive a identificação de projetos estratégicos.
- Estará sendo distribuído anualmente aos principais usuários nos Estados membros um documento que compile os relatórios anuais sobre a situação da agrobiotecnologia no Hemisfério.
- Terá sido divulgado em todos os Estados membros o sistema especializado de informação e intensificado o envio de informação atualizada sobre biotecnologia e biossegurança a todos os países.
- Terá sido realizado um foro regional ou global anual sobre agrobiotecnologia e biossegurança dirigido aos tomadores de decisões e formadores de opinião, bem como ao setor acadêmico dos países.
- Terão sido identificadas as diretrizes e os elementos chave na formulação das políticas nacionais sobre agrobiotecnologia, enfatizando os países que não contem com políticas nesse tema; terão sido realizados estudos estratégicos relacionados com os benefícios e os riscos das agrobiotecnologias e distribuídos aos países em

apoio ao desenvolvimento das políticas nacionais de agrobiotecnologia e biossegurança.

- Terão sido promovidas pelo IICA reuniões estratégicas de intercâmbio de informação e experiências entre os países para avaliar o cumprimento dos acordos internacionais sobre os produtos agrobiotecnológicos e o comércio mundial.
- Terão sido aprimoradas as capacidades técnico-científicas nos componentes da biotecnologia e da biossegurança dos países com base na identificação de necessidades e no intercâmbio de experiências das regiões com capacidade para aquelas que apresentem limitações

**ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO 6:** Promoção da cooperação horizontal em agroenergia e biocombustíveis

***Objetivo específico***

Delinear e implementar uma estratégia e um programa hemisférico de cooperação técnica horizontal em agroenergia e biocombustíveis que permitam apoiar a inserção dos países nas novas oportunidades que a agricultura oferece como fonte alternativa de energia.

***Linhas de ação***

- Formular e implementar um programa hemisférico de cooperação técnica horizontal em agroenergia e biocombustíveis.
- Colaborar com a OEA, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com outras organizações internacionais e regionais no desenvolvimento de uma plataforma hemisférica de cooperação.

***Resultados esperados***

- Os Estados membros contarão com um programa hemisférico de cooperação horizontal em agroenergia e biocombustíveis.
- Países da região estarão aproveitando as experiências e os conhecimentos de outros países para desenvolver suas próprias estratégias de desenvolvimento de fontes alternativas de energia com base na agricultura.

***Indicadores de cumprimento***

- Estará implementado o Programa Hemisférico de Cooperação Técnica Horizontal em Agroenergia e Biocombustíveis.

- Terão sido promovidas e coordenadas ações de cooperação com organizações internacionais e regionais que participem da Plataforma Hemisférica de Cooperação nesse campo.
- Terão sido realizadas reuniões para debater a importância da agroenergia e dos biocombustíveis e seu potencial impacto positivo no desenvolvimento da agricultura e da economia dos Estados membros.

### **3.4 A Cooperação Técnica Regional e Nacional**

#### ***3.4.1 As Agendas Regionais de Cooperação Técnica***

As agendas regionais apóiam as ações das agendas nacionais e lhes agregam valor, ao mesmo tempo em que incluem atividades de abrangência regional. Essas agendas analisam os problemas e os desafios comuns a um conjunto de países, no contexto da cooperação que o IICA deve continuar a prestar aos processos de integração nas diferentes regiões das Américas.

Na elaboração das agendas regionais de cooperação técnica o Instituto assume um compromisso com as necessidades e prioridades regionais estabelecidas pelos conselhos regionais dos ministros da agricultura do Hemisfério, tais como a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável no Caribe, o Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade Andina de Nações, o Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central (CAC-CORECA), o Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e o Conselho Trinacional da Região Norte.

É no contexto das agendas regionais que o IICA continuará a apoiar os processos de integração em todo o Hemisfério. O Instituto desenvolverá um mecanismo, tal como ocorre com as agendas nacionais, para atualizar as agendas regionais e incorporar-lhes as novas demandas que possam surgir durante a execução deste PMP.

No período 2006-2010 o IICA priorizará suas atividades em cada uma das regiões das Américas mediante as agendas de cooperação regional.

### ***Região Norte***

#### **Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio**

- i) Promover o agronegócio e o comércio no Hemisfério mediante a continuidade do apoio ao Escritório do IICA no México para que prossiga em seus esforços de formação de capacidades. Tais esforços compreendem o aproveitamento da experiência do TLCAN, bem como das negociações e da administração dos tratados comerciais sobre agricultura celebrados com os Estados membros do IICA centro-americanos e caribenhos.

#### **Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação na agricultura**

- i) Avançar em matéria de tecnologia e inovação, principalmente em biotecnologia, mediante a definição da estratégia do IICA em biotecnologia e biossegurança, e continuar a prestar apoio financeiro ao PROCINORTE.

#### **Fortalecimento da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos**

- i) Apoiar a iniciativa de promoção da implementação e administração do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e de outros acordos internacionais vinculados à SAIA.
- ii) Desenvolver e consolidar o papel do IICA na abordagem do problema da ameaça da influência aviária (IA).
- iii) Fortalecer a coordenação com as organizações internacionais e regionais da área da SAIA, tais como FAO, OIE e OIRSA, e promover a participação do setor privado nas iniciativas de cooperação.

### ***Região Central***

#### **Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio**

- i) Fortalecer e desenvolver o mercado de seguros agropecuários.

- ii) Promover o fortalecimento das capacidades dos recursos humanos e das instituições públicas e privadas da região mediante a informação, a capacitação e a cooperação técnica para que os países possam se beneficiar dos processos de abertura comercial, negociações e cumprimento dos acordos multilaterais e regionais.
- iii) Fortalecer e desenvolver capacidades empresariais e institucionais para cadeias agroalimentares e territórios selecionados.
- iv) Apoiar a elaboração e implementação da Política Agrícola Centro-Americana.
- v) Desenvolver e impulsionar a inovação do agronegócio das frutas.
- vi) Impulsionar as parcerias e os convênios de cooperação técnica com as organizações regionais do setor privado agropecuário.
- vii) Apoiar a implementação da União Aduaneira Centro-Americana.
- viii) Empréstimo técnico para o delineamento de instrumentos e a coordenação de medidas destinadas a melhorar a competitividade e o acesso do café de qualidade aos mercados internacionais.
- ix) Desenvolver parcerias estratégicas com organismos colaboradores que apoiem processos de registro legal de indicações geográficas protegidas (IGP) e de denominações de origem protegidas (DOP) nos Estados membros.

#### **Fortalecimento das comunidades rurais sob o enfoque territorial**

- i) Fortalecer as capacidades para formular e implementar políticas, estratégias, programas e projetos de desenvolvimento territorial.
- ii) Fortalecer a institucionalidade e promover a cooperação transfronteiriça na região do Trifínio e em bacias hidrográficas compartilhadas selecionadas.
- iii) Sistematizar, difundir e aplicar boas práticas de desenvolvimento territorial e gestão participativa de ecossistemas.
- iv) Promover uma rede de territórios selecionados com visão e gestão baseadas no enfoque territorial e ecossistêmico.

#### **Promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos**

- i) Apoiar os esforços regionais com vistas à modernização de postos de controle quarentenário nas alfândegas periféricas.

- ii) Apoiar o processo intergovernamental destinado a obter a equivalência ou homologação dos diferentes padrões e procedimentos sanitários.
- iii) Colaborar com os países para que atribuam maior atenção aos problemas sanitários emergentes, tais como a influência aviária.
- iv) Desenvolver e fortalecer as capacidades para facilitar a implementação das boas práticas na produção primária, das boas práticas de manufatura e dos sistemas de gestão de qualidade das cadeias agroalimentares priorizadas.
- v) Difundir informação sobre a manutenção da inocuidade do café como complemento ao melhoramento da qualidade total do produto e capacitar o pessoal das instituições cafeeiras da região, membros do PROMECAFE.

**Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente**

- i) Apoiar o desenvolvimento de uma agenda intersetorial por parte dos ministros da agricultura e do meio ambiente da América Central.
- ii) Promover e apoiar a estratégia regional sobre agrobiodiversidade mediante a consolidação da REMERFI e das Comissões Nacionais de Recursos Filogenéticos.
- iii) Gerar conhecimento científico sobre o comportamento de diversos modelos agroflorestais para o desenvolvimento de tecnologias produtivas rentáveis em nível da pequena propriedade e implementar propostas de pagamento de serviços ambientais (PSA) no contexto da cafeeicultura.
- iv) Estimular a gestão integrada dos recursos hídricos e o desenvolvimento hidroagrícola da irrigação e drenagem.

**Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural**

- i) Desenvolver uma estratégia regional sobre agrobiotecnologia e agrobiodiversidade.
- ii) Prestar cooperação horizontal em biossegurança.
- iii) Desenvolver a bioenergia.
- iv) Apoiar a agenda regional e fortalecer o funcionamento do Sistema de Integração Centro-Americano de Tecnologia Agrícola (SICTA).

- v) Delinear instrumentos, coordenar medidas e desenvolver estratégias tecnológicas para melhorar a competitividade do setor cafeeiro da região.
- vi) Apoiar tecnicamente os organismos cafeeiros e os membros do PROMECAFE no desenvolvimento de instrumentos para a liberação de material genético aos produtores, no acompanhamento do processo de registro comercial de material genético e na proteção dos direitos de detentor nas instâncias internacionais pertinentes.

### ***Região Caribe***

#### **Reposicionamento da agricultura e da vida rural**

- i) Fortalecer a organização e a consolidação da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Vida Rural (*The Alliance*) e seus mecanismos regionais, a saber: o *Forum of Ministers of Agriculture*, a *Caribbean Agri-Business Association*, o *Caribbean Council for Higher Education in Agriculture*, o *Caribbean Agricultural Forum for Youth*, a *Caribbean Network of Rural Women Producers* e o PROCICARIBE.
- ii) Apoiar as ações para implementação da "Iniciativa Jagdeo" do Programa Regional de Transformação para a Agricultura (CRTP), bem como exercer a co-presidência da Secretaria da Aliança e a Secretaria do Grupo Técnico responsável por supervisionar sua implementação.
- iii) Apoiar o trabalho das secretarias da CARICOM, do CARIFORUM e da OECS e consolidar a Rede de Políticas Agrícolas do Caribe como foro para o diálogo político e apoio aos processos de integração.

#### **Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio**

- i) Apoiar a formulação de políticas e estratégias para as negociações comerciais agrícolas.
- ii) Promover agronegócios com organizações líderes (CABA, CAFY e CANROP) e aprimorar a organização do setor privado do agronegócio a fim de obter financiamento e promover sua participação em pesquisa.

#### **Fortalecimento das comunidades rurais**

- i) Promover o enfoque territorial para o processo de tomada de decisões que inclua todos os setores da comunidade.
- ii) Impulsionar a capacitação para melhorar a qualidade do recurso humano, principalmente dos jovens e das mulheres rurais e dos povos indígenas.

#### **Promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos**

- i) Estimular e apoiar a participação dos países da região nas negociações comerciais e nos comitês da OMC.
- ii) Incorporar o instrumento Desempenho, Visão e Estratégia (DVE) a fim de aperfeiçoar os sistemas nacionais e regionais de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos.
- iii) Promover o controle de pragas e doenças, especialmente de espécies invasoras, nos países da região.

#### **Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente**

- i) Impulsionar a gestão sustentável da biodiversidade por meio da produção de herbários, do artesanato e da promoção e proteção do conhecimento autóctone.
- ii) Colaborar com as instituições na coordenação e gestão de ações destinadas à redução dos riscos e mudanças ambientais globais

#### **Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural**

- i) Desenvolver um sistema coordenado de pesquisa e inovação entre os setores público e privado, revitalizando o PROCICARIBE e incorporando a análise de cadeias de produtos.
- ii) Fortalecer as relações entre o CARDI, o CATIE e o IICA como uma rede de instituições de pesquisa.
- iii) Desenvolver "novas" tecnologias para promover processos de incorporação de alternativas agrícolas, tais como agroenergia, agrobiotecnologia, agricultura orgânica e agroturismo.

### ***Região Andina***

#### **Reposicionamento da agricultura e da vida rural**

- i) Apoiar a institucionalidade mediante a geração de definições claras sobre políticas de Estado dos países membros da Região Andina que lhes permita contar com uma plataforma regional para debate e análise de políticas regionais de agricultura e desenvolvimento rural.
- ii) Definir e desenvolver parcerias estratégicas na região, fortalecendo seus vínculos com a Comunidade Andina de Nações e a Corporação Andina de Fomento.
- iii) Promover a realização de foros de análise e debate sobre propostas de desenvolvimento agrícola em nível regional.

#### **Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio**

- i) Promover o intercâmbio regional de conhecimentos e metodologias que permita à Região Andina contar com espaços de debate para a promoção do comércio e da competitividade do agronegócio por meio da cooperação horizontal e do intercâmbio de informação.
- ii) Apoiar a formação de redes do agronegócio com o setor privado da região.

#### **Fortalecimento das comunidades rurais**

- i) Apoiar a definição dos cenários práticos do desenvolvimento rural em função da nova definição de políticas e sua diferenciação regional de modelos de desenvolvimento rural da região.

#### **Promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos**

- i) Fortalecer os foros de análise e debate para auxiliar a tomada de decisões no âmbito regional com vistas à prevenção de problemas sanitários na região.
- ii) Apoiar a organização de ações conjuntas mediante parcerias com organismos regionais e internacionais a fim de obter resultados que beneficiem a região na aplicação de medidas sanitárias.
- iii) Fortalecer os compromissos regionais e entre países que permitam o desenvolvimento de medidas transfronteiriças de benefício regional.

- iv) Apoiar os esforços regionais destinados a erradicar doenças e problemas sanitários, tais como a febre aftosa e a mosca-das-frutas, entre outros.

**Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente**

- i) Analisar a problemática regional em gestão dos recursos naturais renováveis para identificar as prioridades do IICA nesse tema, considerando a participação dos organismos regionais e internacionais na região.
- ii) Colaborar com os países da região na utilização dos foros existentes para análise e apresentação de propostas nesse campo em nível regional.

**Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural**

- i) Apoiar, juntamente com a CAN, os foros regionais sobre inovação tecnológica da região.
- ii) Impulsionar a harmonização de políticas em biotecnologia, biossegurança, agrobiodiversidade e bioenergia.
- iii) Redefinir o atual mecanismo de cooperação em inovação tecnológica (PROCIANDINO) em consonância com as prioridades regionais dos setores público, privado e acadêmico da região.

***Região Sul***

**Reposicionamento da agricultura e da vida rural**

- i) Fortalecer a organização do CAS e seus mecanismos regionais de integração.
- ii) Facilitar o funcionamento das instâncias regionais de integração agrícola.
- iii) Compilar e difundir informação sobre instrumentos de política.

**Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio**

- i) Delinear um mecanismo de cooperação regional em agronegócio com base nas experiências nesse tema e desenvolver um plano em função do estudo regional.
- ii) Oferecer capacitação em políticas e negociações comerciais.

- iii) Fortalecer a REDPA, enfatizando o apoio técnico do IICA e a capitalização dos resultados alcançados por essa rede.

#### **Fortalecimento das comunidades rurais**

- i) Promover a sistematização e a difusão de experiências sobre a integração da agricultura familiar aos mercados e a elaboração de propostas destinadas à implantação de mecanismos de apoio econômico-financeiro para diferentes culturas da agricultura familiar.
- ii) Apoiar as instituições responsáveis pela capacitação de pequenos produtores.

#### **Promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos**

- i) Prestar cooperação técnica para fortalecimento do COSAVE e do CPV.
- ii) Apoiar a participação dos países da região nas negociações perante o Comitê MSF da OMC, o Codex Alimentarius e a CIPF.
- iii) Contribuir para a homologação dos sistemas nacionais de SAIA.

#### **Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente**

- i) Incentivar o debate, a sistematização e o intercâmbio de experiências sobre gestão dos recursos naturais e do meio ambiente, aproveitando as novas formas de promoção e divulgação dos conhecimentos e experiências do IICA sobre o seguinte:
  - Mudança tecnológica
  - Mudanças ambientais globais
  - Crise energética

#### **Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural**

- i) Apoiar a articulação dos sistemas nacionais de inovação tecnológica e a cooperação horizontal por meio dos PROCIs (PROCISUR e PROCITROPICOS).

- ii) Exercer a Secretaria Executiva do PROCISUR e coordenar ações com a Secretaria do CAS e respectivos grupos de apoio.
- iii) Sistematizar e divulgar novas tecnologias e experiências bem-sucedidas para aumentar a competitividade da agricultura em novos temas, tais como biotecnologia e biossegurança, entre outros.

### **3.4.2 As Agendas Nacionais de Cooperação Técnica**

Para levar a ação do Instituto mais próximo das demandas dos atores da comunidade da agricultura e da vida rural nos países das Américas, o IICA promoverá a atualização e implementação das agendas nacionais de cooperação técnica, contando, para tanto, com a plena participação das autoridades nacionais, do setor acadêmico, da sociedade civil e do setor privado. Essas agendas constituem a base para definir as atividades que o Instituto implementará em âmbito nacional.

Os recursos que sejam destinados em nível nacional a tais atividades serão considerados como "capital semente" para obter recursos humanos e financeiros adicionais, tanto nacionais como internacionais.

As agendas nacionais enfatizarão tanto as prioridades estratégicas definidas no capítulo anterior como na visão ampliada da agricultura, para cujo efeito serão identificadas as áreas de intervenção do IICA que complementem e agreguem valor às iniciativas nacionais de desenvolvimento.

A Instituição desenvolverá um mecanismo para atualizar as agendas nacionais e a elas incorporar as novas demandas que possam surgir durante a execução do PMP 2006-2010.

## **3.5 Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

Para instrumentar suas prioridades estratégicas o IICA define as áreas de competência em que concentra suas capacidades. Embora seja certo que o Instituto não conte com os recursos necessários para abordar em profundidade todas as suas áreas de competência, a geração, o intercâmbio e a gestão do conhecimento serão estimulados mediante a cooperação interinstitucional, as parcerias entre os setores público e privado e a cooperação intersetorial. Desse modo, o IICA mobilizará o conhecimento para cada uma dessas áreas, independentemente de onde o mesmo se encontre.

Uma das áreas de competência fundamentais do Instituto para instrumentar suas prioridades estratégicas é a formação de recursos humanos. Côncio de que alguns dos principais resultados da Administração anterior ocorreram nessa área, este PMP procura consolidar os esforços já iniciados nesse campo mediante a implementação de um projeto que contribuirá para a formação de recursos humanos, em forma transversal, em cada uma das prioridades estratégicas do Instituto. A Unidade de Educação e Capacitação prestará os serviços de apoio à equipe de cooperação técnica em duas linhas: formação de líderes e capacitação.

### **3.5.1 Formação de Líderes**

O IICA incentivará a formação de indivíduos chave para promover, conduzir e executar os melhoramentos e as mudanças necessários nas áreas estratégicas do setor agrícola das Américas. Para tanto, serão criados programas de formação de líderes que promoverão novas idéias, inovações, formas de pensar, metodologias, tecnologias e informação a fim de contribuir para a geração de novos conhecimentos e idéias entre os líderes comunitários, cientistas, educadores, formuladores de políticas, empresários e chefes de organizações e instituições, entre outros.

A formação de líderes implica a aquisição de conhecimentos, aptidões e atitudes por parte das pessoas que têm a capacidade de influir ativamente nos processos de mudança não apenas nos Estados membros, mas, também, em nível regional. Mediante os processos de formação, os líderes podem exercer mais eficazmente uma direção estratégica e ajudar suas instituições a atingirem com sucesso as metas e objetivos propostos. O IICA deve facilitar a formação de líderes chave para levar a bom termo as áreas estratégicas da cooperação técnica

### **3.5.2 Capacitação**

O Instituto promoverá a capacitação no âmbito nacional como mecanismo para aperfeiçoar a capacidade de desempenho dos beneficiários, de modo a que os programas desenvolvidos e as principais áreas específicas possam responder com maior eficiência e eficácia às demandas e necessidades dos países. Para tanto, o IICA contribuirá na definição e elaboração de programas de aprendizagem próprios e na identificação e difusão de material para capacitação e programas complementares elaborados por parceiros estratégicos que satisfaçam as necessidades levantadas. Na maioria dos casos, a fim de responder a necessidades específicas, a capacitação será desenvolvida e oferecida em nível de país.

CAPÍTULO IV  
QUADRO OPERACIONAL



O quadro operacional define não apenas a estrutura do Instituto, mas, também, as relações entre suas partes, mediante as quais estará assegurado o cumprimento de sua missão, sua visão e seus objetivos estratégicos. As diretrizes aqui abordadas referem-se às ações operacionais internas e externas que serão executadas para aperfeiçoar sua estrutura institucional, a forma de prestar cooperação técnica e a dinâmica de atualização do PMP.

#### **4.1 Diretrizes para a ação**

As diretrizes permitirão consolidar os resultados obtidos durante a Administração anterior e avançar o processo de modernização proposto para o período deste novo PMP

##### *Nível interno*

- Ajustar a estrutura institucional com vistas a:
  - impulsionar a consolidação da estrutura institucional horizontal existente;
  - estabelecer melhor coordenação entre as iniciativas nacionais, regionais e hemisféricas;
  - simplificar as funções;
  - redistribuir as responsabilidades mediante uma estrutura organizacional mais flexível;
  - fortalecer o trabalho em equipe nas unidades e mediante redes, como ação essencial para gerar os resultados esperados e cumprir a missão institucional;
  - fortalecer a articulação técnica para o pensamento e a ação estratégicos.
- Fortalecer os sistemas de gestão do desempenho e avaliação.
- Utilizar um sistema integrado de gestão da informação institucional, introduzindo as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em todos os aspectos operacionais do Instituto com o objetivo de aumentar a eficiência e reduzir custos.

- Incluir a gestão do conhecimento como elemento da cultura institucional a fim de promover o IICA como uma instituição voltada para o conhecimento e a formação de capacidades.
- Promover maior transparência e a prestação de contas das operações do Instituto nos níveis nacional, regional e hemisférico.
- Consolidar os Escritórios do IICA nos Estados membros como centros de informação, tecnologia e capacitação.
- Capacitar e desenvolver o recurso humano do Instituto para enfrentar os novos desafios do século XXI.

#### *Nível externo*

- Atender às prioridades regionais, mantendo-se o IICA, ao mesmo tempo, como uma entidade hemisférica.
- Continuar a fortalecer as relações com os Estados membros mediante o desenvolvimento de novas agendas nacionais e regionais que respondam às prioridades dos países.
- Fortalecer as relações com parceiros estratégicos nos âmbitos nacional, regional e hemisférico.
- Promover a cooperação técnica horizontal e o intercâmbio de experiências entre os países.
- Impulsionar um mecanismo para que o IICA se beneficie da experiência e do assessoramento de profissionais de alto nível do Hemisfério, capazes de prestar orientação técnica e colaborar na análise dos programas e atividades do Instituto.

## **4.2 Dinâmica da atualização do PMP**

Na segunda metade da primeira década do século XXI vêm ocorrendo importantes e dinâmicas transformações nos contextos internacional, regional e nacional com repercussões nos fatores conjunturais que condicionam a evolução da agricultura e da vida rural. Isso, por sua vez, gera incertezas e problemas para definir as transformações produtivo-comerciais, ecológico-ambientais, socioculturais e humanas e político-institucionais de que os países necessitarão.

Em vista dessa situação e para que o PMP seja uma verdadeira ferramenta de trabalho norteadora da cooperação técnica, o IICA não pode depender de diretrizes estáticas que possam se tornar obsoletas ou que não reflitam as mudanças que ocorram nas políticas nacionais. O PMP deve ser, então, dinâmico quanto a suas diretrizes e atualizado para fazer face aos rumos das prioridades dos Estados membros.

A elaboração do PMP e a determinação das prioridades dos Estados membros mediante um processo que começa no âmbito nacional e se encerra no hemisférico ("debaixo para cima") possibilita, por meio da atualização das agendas nacionais, regionais e hemisférica (esta última definida no foro bienal "Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas"), retroalimentar e ajustar as estratégias do Instituto.

Dessa forma, assegura-se que o PMP tenha um processo dinâmico de atualização e constitua o manual do IICA na identificação das soluções para os problemas que surjam, atuando constantemente em função das necessidades dos Estados membros.



## CAPÍTULO V

### FINANCIAMENTO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS



Para possibilitar o normal desenvolvimento das ações de cooperação técnica previstas para o período 2006-2010, o IICA precisa compensar a constante queda do valor, em termos reais, dos recursos de que dispõe. Portanto, é necessário proteger seu poder aquisitivo e a base financeira requerida para assegurar a adequada cobertura e a qualidade da cooperação técnica, a fim de que o Instituto continue a responder adequadamente aos novos desafios e demandas dos Estados membros, nos quais se fundamenta o PMP 2006-2010.

## **5.1 Caracterização da situação financeira do IICA**

Nos últimos anos o Instituto vem enfrentando uma forte crise de financiamento, atenuada em 2005 graças ao aumento da arrecadação de cotas atrasadas. Entre os principais fatores determinantes dessa situação merecem destaque os seguintes:

1. a política de congelamento das cotas dos Estados membros, desde 1995, que ocasionou a perda progressiva da capacidade aquisitiva dos recursos regulares do Instituto;
2. a estagnação nos montantes dos recursos externos desde 1998 e as medidas restritivas implementadas por alguns Estados membros para a administração desses recursos, o que gerou uma redução significativa das receitas diversas e do fundo da taxa institucional líquida (TIL) do Instituto;
3. os atrasos nos pagamentos das cotas por parte de vários Estados membros e a incerteza quanto a seu pagamento anual, fatores que incidem na redução da receita em espécie recebida pelo Instituto e limitam a capacidade de execução dos programas e orçamentos aprovados por seus órgãos de governo;
4. o aumento nos preços de mercado, que ocasionou um incremento no valor das despesas operacionais essenciais para o desenvolvimento de ações de cooperação técnica, levando à necessidade de ajustar os salários do pessoal e reduzir a capacidade de financiamento do Instituto, em face da progressiva queda do poder aquisitivo de sua receita total;
5. o valor das moedas de alguns países com relação ao dólar norte-americano, moeda utilizada para o pagamento das cotas dos Estados membros.

Os efeitos combinados desses fatores obrigaram a que fossem realizados ajustes na infra-estrutura institucional, os quais se refletem, entre outros aspectos, na redução do quadro de pessoal financiado com recursos próprios do Instituto, na diminuição do financiamento para o desenvolvimento de novas capacidades e na queda dos recursos disponíveis para pré-investimento em ações de cooperação técnica e investimento em ativos institucionais.

## **5.2 Estratégia financeira**

O IICA desenvolverá uma estratégia financeira baseada no seguinte:

1. Alocação prioritária de recursos para financiamento das ações de cooperação técnica, com ênfase especial no fortalecimento das capacidades institucionais dos Escritórios nos Estados membros;
2. Definição de uma estrutura básica institucional estável, financiada pelas cotas anuais dos Estados membros, que inclua pessoal e capacidades de operação suficientes para atender às demandas e aos mandatos prioritários dos Estados membros e permitir a continuidade das ações do Instituto;
3. gestão do apoio e do compromisso dos Estados membros para:
  - a. definir o financiamento da estrutura básica na aprovação dos orçamentos-programa bienais correspondentes;
  - b. manter em dia suas contribuições de cotas;
  - c. contribuir com instalações físicas e pessoal, além dos aportes de suas cotas.
4. Busca de parcerias, juntamente com os Estados membros, com organismos de financiamento multilateral e bilateral a fim de posicionar o IICA como braço técnico por excelência desses organismos no campo da agricultura e da vida rural. Essa estratégia de posicionamento com potenciais parceiros estratégicos deve fundamentar-se, principalmente, no seguinte:
  - a. a garantia dos produtos que o Instituto oferece, os quais devem estar baseados na gestão do conhecimento gerado por seus profissionais ou por seus parceiros;
  - b. a identificação de parceiros estratégicos que colaborem para o alcance da visão e da missão do IICA;
  - c. a identificação e a promoção de projetos estratégicos que possibilitem a focalização de ações e recursos, de forma a aumentar o impacto das ações nos países;

- d. a identificação e a formulação de projetos com excelência técnica que possibilitem a integração e a participação dos países, das entidades e das organizações "donas" do projeto, satisfazendo tanto os doares como os beneficiários;
  - e. a execução de projetos com critérios de eficiência e transparência que, além de gerar valor agregado com suas ações, estimulem a formação de capacidades nos territórios rurais;
  - f. a retroalimentação dos processos de cooperação técnica mediante a qual o Instituto aprimore seu desempenho, interiorize as lições aprendidas e replique as experiências bem-sucedidas.
5. Mobilização de recursos externos, inclusive contribuições especiais dos Estados membros e de outros organismos internacionais, para financiamento de ações de cooperação técnica nos âmbitos nacional, regional e hemisférico que respondam às demandas específicas dos Estados membros e estejam previstas nos objetivos estratégicos institucionais definidos no PMP e nas agendas nacionais e regionais de cooperação técnica. As ações a serem financiadas estarão centradas em dois tipos de cooperação, a saber:
- a. prestação direta de serviços de cooperação técnica, seja em nível individual, seja por meio de parcerias. Esse tipo de cooperação contribui para aprimorar as capacidades das organizações públicas e privadas dos Estados membros ou para a obtenção de mudanças positivas em sua situação ou condições de desenvolvimento;
  - b. prestação de serviços técnicos para a gestão de projetos prioritários inseridos nas agendas nacionais e regionais de cooperação técnica. Esses serviços referem-se a atividades tais como: (a) contratação e supervisão de estudos e consultorias; (b) preparação de editais de licitação; e (c) facilitação de atividades conjuntas entre diversos atores da agricultura ampliada e de atividades internacionais para cuja realização seja possível aproveitar a cobertura do Instituto.
6. Uso eficiente dos recursos financeiros mediante o fortalecimento dos mecanismos já postos em prática e com base nos seguintes princípios:
- a. cautela financeira na administração dos recursos dos Estados membros;
  - b. transparência na alocação e aplicação dos recursos;
  - c. prestação de contas;
  - d. automatização de processos;
  - e. manutenção de um equilíbrio adequado entre os gastos com pessoal e as despesas de operação.

### 5.3 Necessidades de recursos financeiros

#### 5.3.1 Recursos do Fundo Regular

A bem-sucedida implementação do PMP 2006-2010 dependerá da aprovação do financiamento necessário aos orçamentos-programa 2008-2009 e 2010-2011 pelos órgãos de governo.

De acordo com a estratégia financeira, o IICA tem como meta manter a estrutura básica de pessoal e as despesas operacionais nos níveis aprovados pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA) para o exercício de 2006, conforme o quadro abaixo. As propostas específicas de financiamento para o período 2007-2010 serão oportunamente apresentadas nos respectivos orçamentos-programa.

**ORÇAMENTO ANUAL 2006**  
(Em milhares de US\$ )

**ESTRUTURA BÁSICA**  
**FUNDO REGULAR**

RUBRICA	COTAS ESTADOS MEMBROS		DIVERSOS		TOTAL FUNDO REGULAR	
	No.	VALOR	No.	VALOR	No.	VALOR
<b>CAP. I: COOPERAÇÃO TÉCNICA</b>		<b>24.497,7</b>		<b>2.789,6</b>		<b>27.287,4</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>393</b>	<b>15.979,9</b>	<b>22</b>	<b>370,6</b>	<b>415</b>	<b>16.350,5</b>
Profissionais Internacionais	87	9.408,9	0	0	87	9.408,9
Profissionais Locais	118	4.165,4	6	134,1	124	4.299,6
Serviços Gerais	188	2.405,5	16	236,5	204	2.642,0
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>7.517,9</b>		<b>2.419,0</b>		<b>9.936,9</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O CATIE</b>		<b>1.000,0</b>		<b>0</b>		<b>1.000,0</b>
<b>CAP. II: DESPESAS DE DIREÇÃO</b>		<b>1.574,3</b>		<b>42,8</b>		<b>1.617,1</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>46</b>	<b>1.332,8</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>46</b>	<b>1.332,8</b>
Profissionais Internacionais	7	874,6			7	874,6
Profissionais Locais	7	155,4			7	155,424
Serviços Gerais	32	302,8			32	302,786
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>241,5</b>		<b>42,8</b>		<b>284,3</b>
<b>CAP. III: DESPESAS GERAIS E PROV.</b>		<b>1.095,5</b>		<b>0,0</b>		<b>1.095,5</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>1</b>	<b>259,2</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>259,2</b>
Profissionais Internacionais		<b>250,0</b>			0	250
Profissionais Locais					0	0
Serviços Gerais	1	9,2			1	9,2
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>836,3</b>		<b>0,0</b>		<b>836,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>440</b>	<b>27.167,6</b>	<b>22</b>	<b>2.832,4</b>	<b>462</b>	<b>30.000,0</b>

### **5.3.2 Investimentos Estratégicos em 2006-2011**

Para contar com uma capacidade operacional moderna é preciso realizar investimentos que melhorem ou mantenham a plataforma tecnológica, as instalações físicas e os equipamentos de escritório e transporte.

A JIA aprovou um orçamento extraordinário de US\$2.109.000,00 para o período 2006-2007 a ser aplicado em infra-estrutura tecnológica, sistemas de informação gerencial e equipamento. A Direção-Geral submeterá as necessidades de investimentos e seu financiamento para os exercícios 2008-2009 e 2010-2011 nas propostas dos orçamentos-programa bienais pertinentes.

### **5.3.3 Recursos Externos**

Espera-se consolidar uma estratégia de mobilização de recursos externos que permita ampliar a cooperação do Instituto aos Estados membros mediante a execução de projetos de prioridade institucional, financiados com recursos dos próprios Estados membros e de instituições bilaterais e multilaterais de financiamento e cooperação. Também será mantida a política do IICA de recuperação de custos indiretos mediante a aplicação da taxa institucional líquida (TIL).



ANEXOS



## **ANEXO I**

### **UMA FORMA RENOVADA DE ENTENDER A AGRICULTURA E A VIDA RURAL: O QUADRO CONCEPTUAL DO PLANO AGRO 2003-2015**

Os mandatos de Québec (2001), Monterrey (2004) e Mar del Plata (2005) caracterizam um novo quadro de referência político, que transcende a tradicional concepção da agricultura como setor produtivo primário da economia.

Ante a tarefa de forjar uma visão compartilhada da agricultura e da vida rural até 2015, no contexto das metas definidas na Cúpula do Milênio e considerando os supracitados mandatos, os delegados ministeriais da agricultura adotaram uma concepção renovada da agricultura e da vida rural, a qual foi validada pelos ministros da agricultura em suas duas últimas reuniões ministeriais (Panamá, 2003, e Guaiacuil, 2005). Essa nova concepção está definida no segundo parágrafo do Plano AGRO 2003-2015.

O conceito adotado pelos ministros da agricultura transcende o âmbito das medidas destinadas a melhorar os aspectos produtivos e comerciais da agricultura. Passa pelos territórios rurais, onde se dá a atividade produtiva, e pelas cadeias agroprodutivo-comerciais, que agregam valor à produção primária, e se estende, com suas atividades, para os âmbitos nacional e internacional que as condicionam. Ao fazê-lo, porém, leva em conta outras dimensões do desenvolvimento sustentável, tais como os aspectos sociais, ambientais e institucionais desses territórios, cadeias e âmbitos.

O quadro que norteia a análise e a ação para o melhoramento da agricultura e da vida rural requer a ação de um amplo conjunto de atores públicos e privados responsáveis pelo desenvolvimento desses setores.

Em essência, o espaço conceptual-temático para a análise e a definição das ações estratégicas que embasam o Plano AGRO 2003-2015 identifica dois aspectos complementares que caracterizam a agricultura e a vida rural, quais sejam:

- a concepção sistêmica da agricultura e da vida rural, que estabelece três categorias: os territórios rurais, as cadeias agroprodutivo-comerciais e a

conjuntura nacional e internacional. Os dois primeiros incluem todos os atores da agricultura e da vida rural, enquanto a conjuntura sofre os efeitos das questões críticas que influem no desenvolvimento e funcionamento dos territórios e cadeias;

- o enfoque do desenvolvimento sustentável, que identifica as quatro dimensões do desenvolvimento: produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural e humana e político-institucional.

Quando se visualizam as interações desses dois aspectos, surge o espaço conceptual-temático identificado como a matriz do AGRO-Sistema. As 12 grades dessa matriz ajudam a entender a lógica em que se baseiam as 12 seções em que está organizada a Agenda Hemisférica Ministerial do Plano AGRO 2003-2015.

A importância da concepção renovada da agricultura e da vida rural está em que ela ajuda a visualizar a vinculação direta das 12 seções da Agenda Hemisférica Ministerial com os Objetivos Estratégicos do Plano AGRO 2003-2015, originados nas definições aprovadas pelos ministros da agricultura na Declaração Ministerial de Bávaro (DMB).

As quatro dimensões do enfoque do desenvolvimento sustentável (linhas da matriz do AGRO-Sistema) permitem identificar a situação e as perspectivas da agricultura e da vida rural em termos dos quatro objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos no parágrafo 7 da DMB, quais sejam: competitividade, sustentabilidade dos recursos naturais, equidade e governabilidade democrática.

Por sua vez, as três categorias (colunas da matriz do AGRO-Sistema) ajudam a prever a situação e suas perspectivas, também em termos do desenvolvimento sustentável da agricultura e vida rural, agora em função dos outros objetivos estabelecidos na DMB e ampliados no Plano AGRO 2003-2015: prosperidade rural, segurança alimentar e inserção ou posicionamento internacional da agricultura.

A seguir, apresenta-se um quadro que permite visualizar o uso da matriz do AGRO-Sistema como referência para o seguimento e avaliação do Plano e para a atualização da Agenda Hemisférica Ministerial. Esse quadro mostra a relação entre os três principais componentes do Plano AGRO 2003-2015, a saber: (i) a Agenda Hemisférica Ministerial (que inclui os propósitos de cada uma de suas 12 seções); (ii) os Objetivos Estratégicos; e (iii) a Visão Compartilhada em 2015 (as definições de seus 11 elementos inspiram os propósitos da Agenda Hemisférica Ministerial).

**PROPÓSITOS DAS 12 SEÇÕES DA AGENDA HEMISFÉRICA E SUA VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO AGRO 2003-2015 ORGANIZADOS NA MATRIZ DO AGRO-SISTEMA**

<b>Territórios rurais</b>	<b>Cadeias agroprodutivo - comerciais</b>	<b>Conjuntura nacional e internacional</b>	<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>
I. Incentivar as empresas rurais competitivas	II. Integrar as cadeias e fortalecer sua competitividade	III. Promover uma conjuntura favorável à agricultura competitiva	→ <b>Competitividade</b>
IV. Assumir a responsabilidade ambiental no campo	V. Do campo para a mesa: impulsionar a gestão ambiental integrada	VI. Participar na construção da institucionalidade ambiental	→ <b>Sustentabilidade</b>
VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criar capacidades e oportunidades	VIII. Fortalecer a aprendizagem e o conhecimento na cadeia	IX. Promover políticas para a formação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais	→ <b>Equidade</b>
X. Fortalecer a participação e a ação coordenada público - privada nos territórios	XI. Fortalecer o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia	XII. Promover políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural	→ <b>Governabilidade</b>
↓ <b>Prosperidade rural</b>	↓ <b>Segurança alimentar</b>	↓ <b>Posicionamento internacional</b>	↓ <b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA E DO MEIO RURAL</b>



## **ANEXO II**

### **Valores Institucionais**

#### **Imparcialidade**

Procuramos fazer com que manifestações sobre nossos pontos de vista ou convicções não comprometam ou aparentem comprometer o desempenho do nosso trabalho oficial ou os interesses do IICA. Nossa conduta oficial caracteriza-se pela objetividade e pelo profissionalismo. Não permitimos que relações ou considerações pessoais, inclusive preconceitos ou favoritismos, influam no desempenho de nossas funções oficiais e criem conflitos de interesse.

#### **Integridade**

Agimos com retidão, dignidade e transparência, procurando atender ao interesse geral e descartando qualquer vantagem ou proveito pessoal obtido de moto próprio ou por interposição de pessoa. Também exteriorizamos uma conduta honesta.

Agimos com integridade em nossas atividades institucionais e informamos prontamente quaisquer mudanças em nossas circunstâncias pessoais que possam afetar nossa legitimidade no Instituto.

#### **Profissionalismo**

Sentimos orgulho por nosso trabalho e pelos resultados que alcançamos. Demonstramos competência profissional e aptidão nos temas sob nossa responsabilidade. Somos cuidadosos e eficientes no cumprimento dos nossos compromissos, respeitando prazos e obtendo resultados. Demonstramos persistência diante de problemas e desafios complexos e mantemos a calma em situações estressantes.

#### **Flexibilidade**

Aceitamos as mudanças a que necessariamente deve se submeter o Instituto e não nos aferramos a paradigmas ou dogmas.

**Discrição**

Respeitamos e protegemos a confidencialidade da informação a que temos acesso ou que conhecemos em virtude de nossas funções oficiais e nos abstermos de participar em atividades cuja natureza seja contrária aos interesses do Instituto ou possa prejudicar sua reputação.

**Lealdade**

Desenvolvemos sentimentos de adesão, atitude positiva e apoio persistente com relação ao nosso trabalho, comprometendo-nos a converter o IICA numa instituição de excelência a serviço dos Estados membros para apoiá-los em seus esforços por liberar o talento, a energia e a criatividade.

No desempenho de nossas funções, somos leais exclusivamente ao Instituto e a seus objetivos, fins e princípios.

**Cautela**

Exercemos nossas funções com respeito e seriedade, usando as prerrogativas inerentes aos nossos cargos e os meios de que dispomos exclusivamente para o cumprimento dos nossos deveres e funções.

**Responsabilidade**

Envidamos um esforço honesto por cumprir nossos deveres. Independentemente do cargo que ocupemos, todos somos responsáveis pela obediência às normas institucionais

## ANEXO III

### Uma Plataforma de Cooperação Hemisférica

Forjar uma nova institucionalidade para que a agricultura esteja melhor posicionada nas prioridades do Hemisfério e impulsionar o desenvolvimento sustentável da agricultura e a prosperidade das comunidades rurais são tarefas que transcendem as capacidades do IICA. Portanto, é preciso mobilizar, articuladamente, as capacidades de outras organizações de desenvolvimento, bem como dos atores públicos e privados dos próprios países, tanto em âmbito nacional como internacional.

Como primeiro passo para o cumprimento desta missão o IICA, juntamente com outras entidades participantes, está promovendo a elaboração de uma agenda interinstitucional para o desenvolvimento que concretize o enfoque "trabalhando juntos" a partir das relações estabelecidas com parceiros estratégicos <sup>3</sup>.

A proposta do Instituto consiste em continuar a impulsionar uma agenda no contexto do Grupo Interinstitucional para o Desenvolvimento Rural que promova o diálogo, a formação de consensos, as parcerias estratégicas e os investimentos. Nessa agenda compartilhada o IICA se propõe a propiciar a criação de uma **plataforma de cooperação hemisférica** mediante a qual os atores do agro possam se beneficiar do conhecimento hemisférico e global, influenciando, ao mesmo tempo, nas tendências globais com relação a aspectos críticos para o desenvolvimento sustentável de sua agricultura e comunidades rurais.

Por meio de tal plataforma o Instituto busca atrelar o fluxo de conhecimentos e recursos do plano local para o nacional, passando depois para o regional e o hemisférico. Assim, a articulação das experiências nacionais com as visões supranacionais permitirá

---

<sup>3</sup> O primeiro resultado da promoção da conjunção de esforços foi a integração do Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural, decisão adotada pelos ministros da agricultura na Reunião Ministerial de Bávaro (2001). O grupo, no qual atualmente participam a AEI, o Banco Mundial, o BID, a CEPAL, a FAO, o FIDA, a GTZ, o IICA e a USAID, tem a missão de coordenar e executar ações conjuntas de âmbito hemisférico em apoio aos Acordos Ministeriais Hemisféricos.

atender aos diferentes âmbitos de ação, o que enseja o enfrentamento dos desafios sob novas formas de cooperação que incorporem a participação das diferentes organizações interessadas na prosperidade da comunidade rural e dos próprios atores do agro.

Com tal propósito o IICA duplicará seus esforços para apoiar os países a forjarem uma liderança e uma institucionalidade renovadas, o que será possível por meio da promoção do diálogo em nível nacional, regional e interamericano sobre a agricultura e a vida rural e da concatenação da cooperação com parceiros estratégicos internacionais e nacionais. Essa iniciativa de criação de uma plataforma hemisférica será canalizada pelas quatro seguintes linhas de ação:

**Desenvolvimento das bases para o conhecimento compartilhado.** A proposta é desenvolver uma base comum de informação compartilhada sobre agricultura e vida rural mediante a qual se aproveitem ao máximo as capacidades existentes na região. Esse esforço destina-se à criação de uma rede interamericana de conhecimento.

Além das instituições locais e nacionais que contam com conhecimentos específicos sobre a problemática agrícola e suas soluções, uma rede interamericana de conhecimento deve incluir as organizações que atuam no tema nos âmbitos hemisférico e global, tais como CEPAL, FAO, IICA e IFPRI, para citar apenas algumas. O objetivo do Instituto é potencializar as fontes de informação que oferecem tais entidades para criar um espaço onde seja possível complementar e compartilhar não apenas o conhecimento gerado sobre a realidade e os desafios da agricultura e da vida rural das Américas, mas, também, as propostas de ação existentes para o setor. Por esse espaço, buscar-se-á reunir as capacidades dessas organizações e gerar maior interação interinstitucional com base numa estratégia de informação compartilhada para a ação.

O IICA tomou a iniciativa de propor às máximas autoridades de várias dessas organizações algumas fórmulas para renovar vínculos e impulsionar o maior acesso e uso da informação sobre a situação e perspectivas da agricultura, com o intuito de que esse conhecimento comum sirva de insumo para desenvolver um pensamento estratégico e prospectivo compartilhado que apóie as ações dos ministros da agricultura e de outros líderes públicos e privados da comunidade da agricultura e da vida rural das Américas.

**Concretização de ações conjuntas interinstitucionais de cooperação técnica.** O segundo componente dessa plataforma hemisférica refere-se ao desenvolvimento de parcerias estratégicas que impulsionem ações conjuntas de cooperação técnica em prol dos Estados membros. Esse esforço tem por objetivo criar uma rede de cooperação técnica que articule as iniciativas das organizações internacionais, facilitando, assim, o

desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer face aos temas críticos emergentes ou a problemas endêmicos.

Nesse sentido, procura-se ampliar, institucionalizar e sistematizar as ações conjuntas já iniciadas com a CEPAL em informação e estudos específicos; com a OPAS, em saúde animal, inocuidade dos alimentos, prosperidade das comunidades rurais e informação; com a FAO, em comércio, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, informação agropecuária e desenvolvimento rural; com o BID, em inovação tecnológica e desenvolvimento rural; com a UNESCO, em informação sobre educação rural; e com a OIT, em informação sobre trabalho rural.

Ademais, além de continuar a expandir as parcerias com a OMC e com a OIE, o IICA continuará a participar do Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural na América Latina e no Caribe e apoiar a constituição de grupos similares em nível nacional.

Menção especial cabe ao CARDI e ao CATIE, organizações com as quais o IICA tem larga relação de cooperação e apoio em matéria de desenvolvimento tecnológico, recursos naturais e formação de recursos humanos. No Anexo IV são especificadas as principais ações da parceria do IICA com ambas as organizações.

**Promoção da cooperação horizontal.** O terceiro componente da plataforma de cooperação hemisférica refere-se à promoção de ações conjuntas de cooperação direta entre países. Essa iniciativa tem por propósito facilitar que os países não apenas compartilhem efetivamente suas ações, mas que também capacitem seus congêneres para a implementação de suas melhores experiências.

Com esse objetivo o IICA promoverá a criação de espaços para facilitar o diálogo e a transmissão direta de experiências entre os responsáveis pelas mesmas. Também procurará fazer com que os países com maior experiência disponibilizem seu conhecimento para que este possa ser adaptado e implementado em outras áreas com necessidades similares. A preparação de relatórios sobre as ações estratégicas, a atualização dos bancos de dados de acesso eletrônico, a identificação das situações de interesse e a facilitação de contatos diretos com os Escritórios do IICA serão algumas das ações do Instituto nesse tema.

**Colaboração para a continuidade do processo ministerial "Agricultura e Vida Rural nas Américas"** e sua articulação com o Processo de Cúpulas das Américas. O quarto componente da plataforma de cooperação hemisférica incorpora e complementa os avanços dos outros três componentes, articulando-os para que, em conjunto, desenvolvam a liderança e a institucionalidade renovada nas Américas. Nesse sentido, vincula os

resultados de tais componentes com os Acordos Ministeriais Hemisféricos e com os mandatos e compromissos presidenciais estabelecidos nas Cúpulas das Américas. Em outras palavras, apóia os ministros da agricultura, seus delegados ministeriais e outros líderes do agro a cumprirem os acordos ministeriais e os mandatos presidenciais por meio da base de conhecimento compartilhado, do desenvolvimento de parcerias estratégicas e da promoção da cooperação horizontal entre os países.

O IICA continuará a exercer a função de Secretaria das Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, não apenas apoiando os ministros da agricultura em suas reuniões, mas, também, envidando esforços para incorporar todos os líderes do agro no processo de cumprimento dos mandatos das Cúpulas. Como parte dessa função, o IICA continuará a participar do Grupo de Trabalho Conjunto das Cúpulas (GTCC), a assistir, como convidado, às reuniões do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas (GRIC), foro dos 34 ministérios das relações exteriores das Américas, e a manter estreita comunicação com o Departamento de Cúpulas da OEA.

## **ANEXO IV**

### **Principais ações das parcerias IICA-CATIE e IICA-CARDI**

#### **A) Parceria IICA-CATIE**

Ao longo de três décadas, o IICA e o CATIE vêm empreendendo ações conjuntas destinadas ao desenvolvimento agrícola e rural e apoiando-se mutuamente mediante diversas atividades de natureza técnica, financeira e administrativa. Essas inter-relações ocorrem sob o contexto jurídico estabelecido em campos de ação claramente diferenciados, de acordo com a natureza de cada uma das organizações e com os fins para os quais foram criadas, nos termos do contrato celebrado entre o Governo da Costa Rica e o IICA.

O IICA e o CATIE atuam sob diversas modalidades de trabalho conjunto, tais como a participação em projetos de âmbito nacional e em atividades complementares de nível regional e hemisférico das áreas de educação, capacitação, desenvolvimento tecnológico e gestão dos recursos naturais.

Nesse sentido, diante dos novos desafios é fundamental intensificar a colaboração entre ambas as organizações com base nas forças institucionais de cada uma delas para que possam atender às demandas nacionais e regionais e maximizar recursos. Para tanto, o IICA se propõe a desenvolver uma estratégia e diretrizes comuns que gerem maior impacto. Ademais, é preciso avançar a consolidação de mecanismos operacionais que contribuam para ampliar as ações de cooperação e aumentar as capacidades a fim de satisfazer as necessidades dos Estados membros.

As duas organizações se propõem a continuar a impulsionar a consolidação dessa parceria estratégica nas áreas com potencial para o trabalho conjunto, as quais serão priorizadas com base no valor que possa ser agregado aos Estados membros. Sob esse quadro de inter-relacionamento foram identificados os seguintes temas em que se complementam as ações de ambas as instituições:

- Biotecnologia, biossegurança, bioenergia, recursos fitogenéticos e fortalecimento de instituições de ciência e tecnologia dos países;

- Promoção do comércio, da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e do agronegócio;
- Programas ambientais e gestão dos recursos naturais;
- Modernização da Biblioteca Orton.

As instâncias de relacionamento institucional em nível superior estão estabelecidas entre as Direções-Gerais do IICA e do CATIE, que têm como função principal definir e implementar as políticas e estratégias de trabalho conjunto. Para essa coordenação é preciso estabelecer um mecanismo operacional mediante o qual ambas as organizações possam acordar como empreender as ações conjuntas. Esse componente também visa a criar os mecanismos para que o conhecimento gerado na plataforma de cooperação técnica anteriormente citada possa ser compartilhado e utilizado pelos Estados membros sistematicamente.

## **B) Parceria IICA-CARDI**

O convênio celebrado entre o IICA e o CARDI foi modificado em 1996, quando foi incluído um plano de programação conjunta para o financiamento e a administração de projetos. Com base nesse arranjo, foi definido um orçamento específico para um período de quatro anos, durante o qual seria implementada uma série de projetos acordados entre ambas as organizações, a ser monitorado e revisto por um comitê conjunto.

No período 1996-2002, o Convênio IICA-CARDI apoiou oito programas com ênfase em capacitação e apoio institucional, comercialização e agronegócio, estabelecimento do PROCICARIBE, ruminantes de pequeno porte, pimentas picantes e agricultura orgânica. Durante os três anos seguintes (2002-2005), a participação conjunta das duas instituições esteve focalizada na implementação de sete programas que compreenderam 24 projetos, dos quais os mais importantes destinaram-se à produção de culturas, principalmente especiarias, ervas (inclusive pimentas picantes) e hortaliças, à agricultura orgânica e à capacitação.

Em matéria de administração e serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura, em 2004 as relações entre o CARDI e o IICA dirigiram-se para outros cenários, já que ambas as organizações uniram-se à Secretaria da CARICOM (CCS) e à FAO para integrar a Secretaria da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural (The Alliance). Além disso, atualmente as duas instituições são membros do Grupo

Central (no qual a CCS e o IICA exercem a co-presidência), criado pela Conferência dos Chefes de Estado da CARICOM para supervisionar a implementação da Iniciativa Jagdeo.

Como resultado das negociações do novo Convênio IICA-CARDI referentes a 2006-2008, o IICA espera obter a condição de observador na Junta de Governadores do CARDI. Além disso, no contexto desse convênio serão destinados recursos para o estabelecimento de uma relação tripartite CARDI-CATIE-IICA, como primeiro passo para que o setor agropecuário do Caribe tenha acesso a pesquisas, inovações e produtos desenvolvidos na América Latina.



## SIGLAS

AICD	Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
ALC	América Latina e Caribe
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CABA	Associação do Agronegócio do Caribe
CAC	Conselho Agropecuário Centro-Americano
CAN	Comunidade Andina
CANROP	Rede Caribenha de Mulheres Produtoras Rurais
CARDI	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe
CARICOM	Comunidade do Caribe
CARIFORUM	Fórum dos Estados ACP das Caraíbas
CAS	Conselho Agropecuário do Sul
CATIE	Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino
CCEAG	Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (IICA)
CCS	Secretaria da CARICOM
CE	Comitê Executivo (IICA)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ONU)
CFYA	Foro da Juventude Rural do Caribe
CIPF	Convenção Internacional de Defesa Fitossanitária
CODEX	Codex Alimentarius
CORECA	Conselho Regional de Cooperação Agrícola da América Central
COSAVE	Comitê de Sanidade Vegetal da Área Sul
CRTPA	Programa Regional da CARICOM de Transformação da Agricultura
CVP	Comitê Veterinário Permanente
DMB	Declaração de Bávaro
DOP	Denominação de Origem Protegida
DRS	Desenvolvimento rural sustentável
DVE	Desempenho, Visão e Estratégia
ERS	Serviço de Pesquisas Econômicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FONTAGRO	Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária
FORAGRO	Foro Regional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário
GCIAI	Grupo Consultivo para a Investigação Agronômica Internacional
GFAR	Foro Global de Pesquisa Agropecuária

GRIC	Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas
GTCC	Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas
IA	Influenza Aviária
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa sobre as Políticas Alimentares
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INFOTEC	Sistema de Informação Científica e Tecnológica
JIA	Junta Interamericana de Agricultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MSF	Medidas sanitárias e fitossanitárias
OEА	Organização dos Estados Americanos
OECS	Organização dos Estados do Caribe Oriental
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
OIMA	Organização de Mercados das Américas
OIRSA	Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PCB	Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança
PES	Pagamentos por Serviços Ambientais
PMP	Plano de Médio Prazo (IICA)
PROCI	Programas cooperativos de pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária
PRODAR	Programa de Desenvolvimento de Agroindústrias Rurais
PROMECAFE	Programa Cooperativo Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e a Modernização da Cafeicultura
REDPA	Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias da Região Sul
REMERFI	Rede Mesoamericana de Recursos Fitogenéticos
SAIA	Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos
SIAR	Sistema Regional de Informação Agrícola
SICTA	Sistema de Integração Centro-Americana de Tecnologia Agrícola
TIC	Tecnologias de informação e comunicação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIL	Taxa Institucional Líquida (IICA)
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Conclui/se esta impressão no mês de março de 2007 com uma  
tiragem de 50 exemplares na Gráfica do IICA

